

NOTA TÉCNICA

FINANCIAMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

SÃO PAULO, 2017

aprendizados a partir dos casos do
Município de **São Paulo** e Estado do **Ceará**



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA



INSTITUTO
Betty e Jacob
LAFER

Ficha Técnica

Supervisão

Renato Sérgio de Lima

Coordenação de Pesquisa

Ursula Dias Peres

Samira Bueno

Pesquisador

Gabriel M. Tonelli

Equipe de Apoio

Cristina Neme

David Marques

Marina Santos

Revisão de Texto

Bruna Barcellos de Mattos

Sumário

Introdução	4
1. Estado do Ceará	6
1.1 Caracterização das fontes de receita do Estado do Ceará	6
1.2 Caracterização da estrutura da despesa do estado do Ceará	12
1.3 Caracterização da despesa com pessoal ativo e inativo do Estado do Ceará	18
1.4 Desenho organizacional e de governança da segurança pública no Ceará	22
2. Município de São Paulo	25
2.1 Caracterização das fontes de receita do município de São Paulo	25
2.2 Caracterização da Estrutura da Despesa do município de São Paulo	30
2.3 Caracterização da despesa com pessoal ativo e inativo do Município de São Paulo	38
2.4 Desenho organizacional e de governança da segurança pública no município de São Paulo	40
3. Proposta de tipologia de classificação contábil que permita padronizar gastos passíveis de serem lançados como despesas com “segurança pública”	44
3.1 Padronização de critérios contábeis	44
3.2 Indicadores para controle dos gastos e análise de efeito	46
Anexos	47

Introdução

Esta nota técnica tem o intuito de apresentar os resultados do projeto Financiamento da Segurança Pública no Brasil: aprendizados a partir dos casos do Município de São Paulo e Estado do Ceará, financiado pelo Instituto Betty e A. Jacob Lafer.

O financiamento da segurança pública no Brasil é uma temática de extrema relevância por diversos fatores, dos quais destacamos dois principais: 1) o altíssimo número de crimes violentos – cerca de 60 mil homicídios por ano, para citar apenas os crimes contra a vida - exige o uso racional dos recursos financeiros no enfrentamento à violência; 2) as despesas com segurança pública correspondem a gastos expressivos para o Estado brasileiro, representando 1,38% do Produto Interno Bruto (PIB).

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública indicam que, dos R\$ 76,3 bilhões declarados na função segurança pública no ano de 2015, 83% eram despesas dos Estados e DF, 11% da União e 6% dos Municípios. Se compararmos estes dados com as despesas no ano de 2002, verificamos que o cenário era ligeiramente diferente já que as Unidades Federativas eram responsáveis por 87% do volume de recursos na área, a União por 10% e os municípios por apenas 3%. Isso significa que, embora os municípios não gozem ainda de uma definição clara constitucional sobre seu papel no provimento de segurança pública, este ente tem gasto montantes mais relevantes a cada ano nessa função, chegando a 4,5 bilhões em 2015 (PERES; BUENO; TONELLI, 2016).

Diante deste contexto, este projeto tem por objetivo um estudo de caso de dois entes de distintas esferas administrativas: o Estado do Ceará (CE) e o Município de São Paulo. Acreditamos que os aprendizados desta investigação apoiarão análises de políticas públicas relevantes para todas as esferas, em especial neste momento de grave crise econômica, política e institucional, pelo qual passa nosso país.

No que diz respeito à metodologia utilizada para prospecção, tratamento e análise dos dados é relevante dizer que a estruturação dos dados de receita e despesas públicas segue a orientação de classificação contábil definida pela Secretaria do tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG)¹

1. Para melhor compreensão dessas regras e normativas ver o MTO (2016) disponível em: <http://www.orcamentofederal.gov.br/informacoes-orcamentarias/manual-tecnico/mto_2017-1a-edicao-versao-de-06-07-16.pdf>.

Os dados foram levantados a partir de distintas fontes, de natureza quantitativa e qualitativa. Quanto às fontes quantitativas, estas envolveram dados das três esferas administrativas: i) federais, por meio da base SICONFI/FINBRA, do Portal da Transparência e Portal de Convênios; ii) estaduais, por meio do Portal da Transparência do Estado do Ceará, dos dados da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e dos Anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado; e iii) municipais, com base no Portal da Transparência do Município, dados do Sistema de Orçamento e Finanças da Secretaria de Finanças do Município de São Paulo, dados da Secretaria Municipal de Gestão (SMG), pelas informações de pessoal e organogramas da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e, por fim, pelas informações do Portal de transparência da Câmara Municipal de Vereadores de São Paulo. Os dados foram prospectados visando um período de 10 anos ou mais, o que nem sempre foi possível, mas, para a maioria das informações, trabalhamos com dados de 2005 a 2015. Todas as informações orçamentárias e financeiras foram buscadas na mesma base: dados oficiais de arrecadação anual e dados de empenho do mês de dezembro de cada ano. As informações foram atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para o ano de 2015 (IPCA/IBGE).

Quanto aos dados qualitativos, foram realizadas entrevistas complementares com atores relevantes da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo (IPREM), da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria de Planejamento e Administração do Ceará. Além dessas informações qualitativas colhidas nas entrevistas semiestruturadas, a pesquisa contou com informações recolhidas por técnicos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), tendo por base o projeto Ceará Pacífico, desenvolvido no estado do Ceará junto à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.

Esta nota técnica conta com quatro seções, incluindo esta introdução. As seções 2 e 3 estão focadas na apresentação dos dados coletados pela pesquisa, incluindo a caracterização das fontes de receita, estrutura da despesa e detalhamento das despesas com pessoal ativo e inativo no Estado do Ceará e no Município de São Paulo. A quarta e última seção traz uma análise das dificuldades ainda existentes na busca de dados públicos de segurança e uma proposta de mudança na contabilização dessas informações, bem como propostas para o aprimoramento, a transparência e o controle dos dados orçamentários da área de segurança pública. ■

1. Estado do Ceará

1.1. Caracterização das fontes de receita do Estado do Ceará

Para compreender as despesas com segurança pública de um ente da federação é fundamental saber suas fontes de receita, isto é, com quais recursos e em que montante um ente federativo conta para contratar contingentes para suas polícias e guardas civis, investir em prevenção e controle da violência e/ou outras ações programáticas. O levantamento das fontes de receita traz informações relevantes sobre as características econômicas e perfil de atividade do estado e município, bem como sobre sua posição na estrutura federativa, sua capacidade de geração de receita própria e/ou dependência de transferências federais e/ou estaduais. Os gráficos e tabelas a seguir têm o intuito de apresentar essas informações para o estudo de caso do Estado do Ceará.

O gráfico 1 aponta que a receita do estado do Ceará teve importante crescimento entre os anos de 2005 e 2011, quando alcançou o total de R\$ 26 bilhões. A partir desse momento essas decaem, alcançando, em 2015, aproximadamente R\$ 20,5 bilhões. Essa queda é coerente com a reversão do quadro de expansão econômico brasileiro e internacional. Cabe ressaltar que os valores analisados compreendem a receita efetivamente arrecadada pelo estado no período.

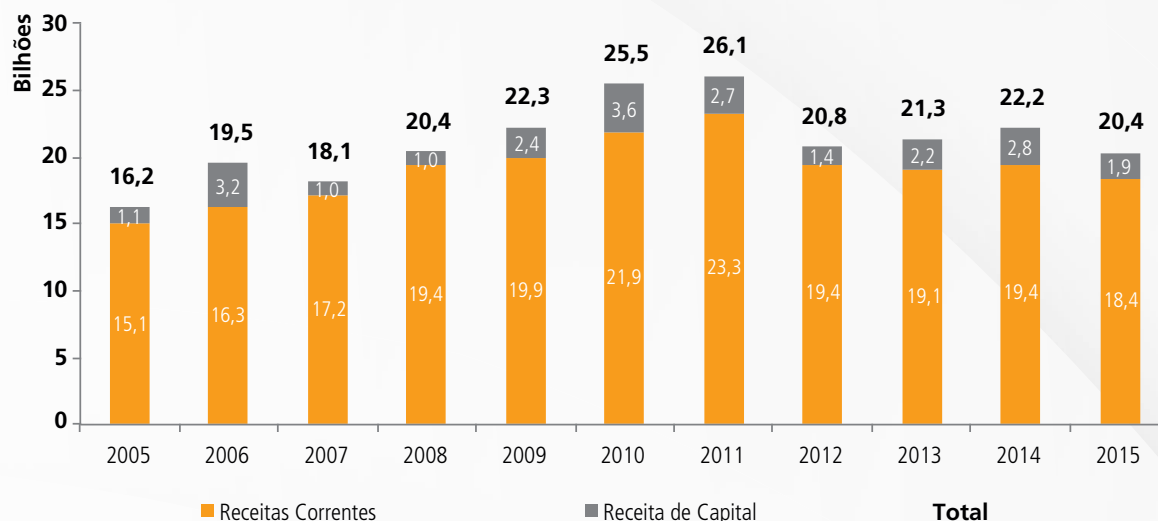
O montante de receitas correntes é, em todos os anos, significativamente maior que as receitas de capital (que

são em geral empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil ou, ainda, órgãos internacionais de fomento). Desde o início da renegociação das dívidas estaduais em 1998 e com a aprovação da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), os estados estão proibidos de emitir títulos e têm rígido controle sobre outras operações de crédito, isto é, adoção de novos endividamentos, além daqueles já contraídos junto à União.

Do total de receitas correntes de um ente, os dois principais componentes são receitas tributárias, em especial os impostos, e as transferências correntes, que dependem de regras constitucionais para definição dos critérios de partilha de tributos e fundos, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE), e os de natureza setorial, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e o Fundo Nacional da Saúde (FNS).

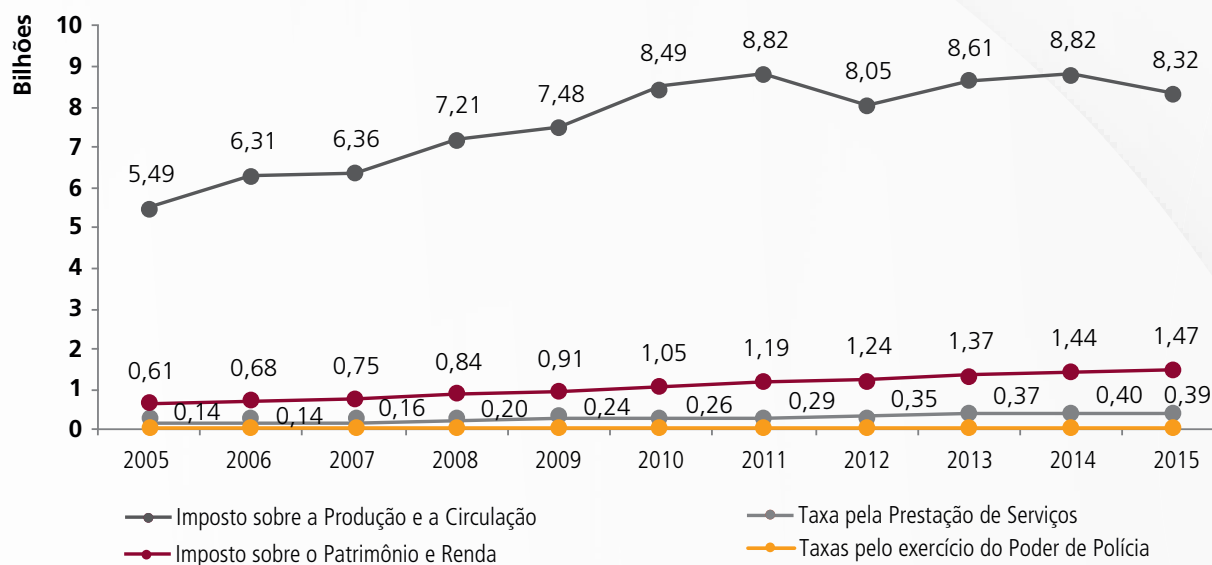
O gráfico 3 apresenta a série histórica da arrecadação de receitas correntes do estado do Ceará, sendo possível apontar relevante participação das transferências correntes. Já o gráfico 2 apresenta a evolução das receitas tributárias do Ceará no período de 2005 a 2015. Como se pode perceber, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é o tributo mais importante, assim como

Gráfico 1: Receitas, por categoria econômica no ano, do estado do Ceará (em R\$ de 2015)



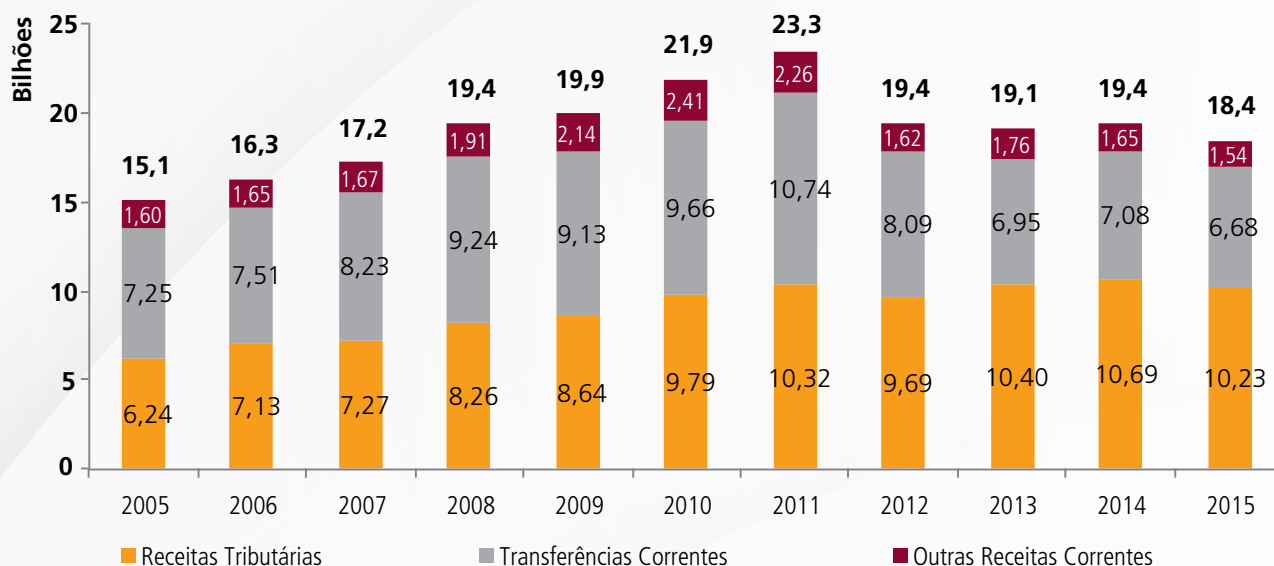
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/CE e SEFAZ/CE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 2: Receitas tributárias (correntes), por ano, do estado do Ceará (em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/CE e SEFAZ/CE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 3: Receitas correntes, por tipo no ano, do estado do Ceará (em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/ICE e SEFAZ/ICE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

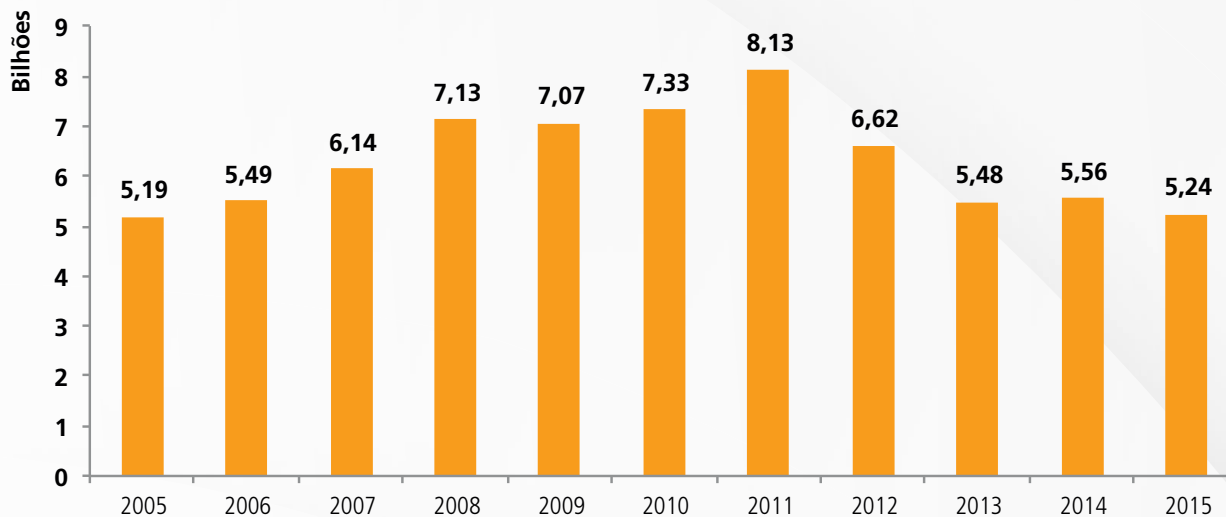
para a maioria dos outros estados brasileiros. Este imposto representa quase 1/3 da receita do Estado, também influenciando a queda de arrecadação a partir de 2011, quando para de crescer.

No entanto, para compreensão do quadro de dificuldade financeira recente é importante analisar as transferências correntes do período, descritas no gráfico 4 abaixo, visto que estas apresentam queda ainda mais significativa, passando de R\$ 8,1 bilhões para R\$ 5,2 bilhões, representando, aproximadamente, 35% de redução. Neste caso, há influência pela queda dos repasses do Fundo Estadual de Participação em virtude da menor arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto de

Renda (IR), tributos que integram o fundo, bem como pela redução de repasses federais ao Fundo Estadual de Saúde.

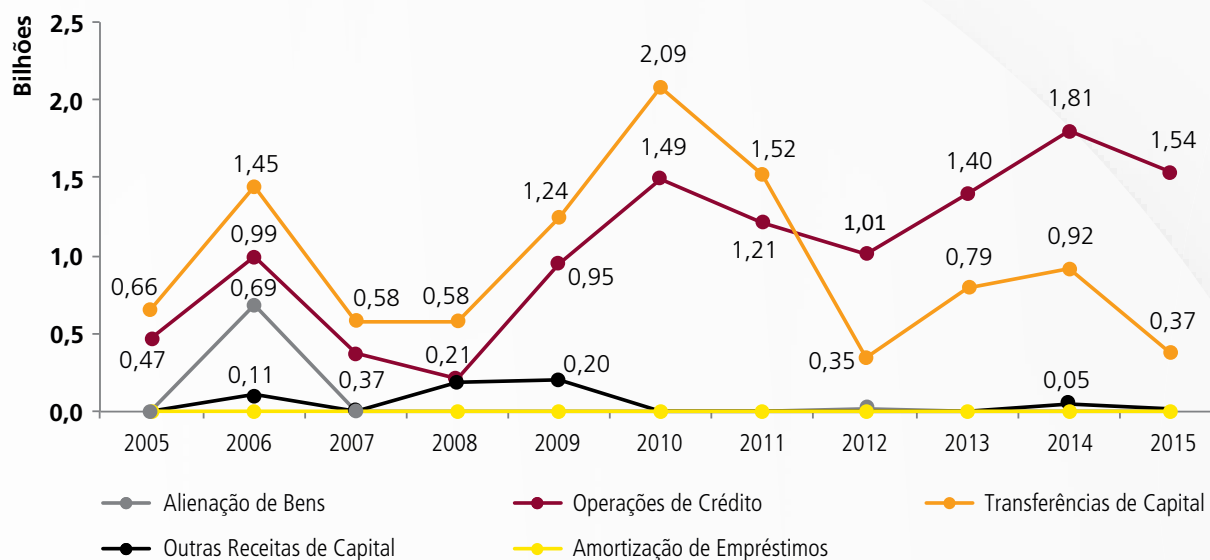
Quanto às receitas de capital, o Gráfico 5 abaixo dá uma visão mais analítica, sendo possível destacar dois fenômenos. O primeiro indica uma concentração de recursos nas operações de crédito, apontadas anteriormente, bem como nas transferências de capital. Essas são transferências voluntárias da União para Estados e Municípios, majoritariamente para a implementação de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). É nítido que o ápice dessa política de transferência foi em 2010, seguido por uma tendência de queda, a partir de 2011, alinhada à mudança no cenário econômico.

Gráfico 4: Receitas correntes – transferências da União para o estado do Ceará (em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAGICE e SEFAZICE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 5: Receitas de capital, por tipo, do estado do Ceará (em R\$ de 2015)



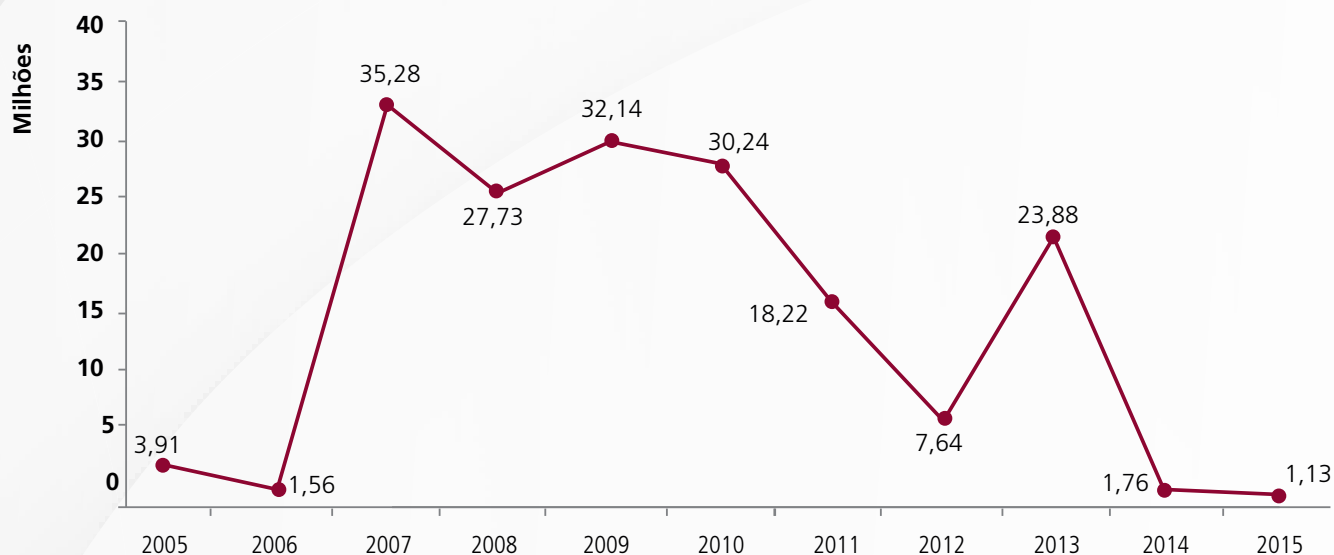
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAGICE e SEFAZICE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Além desses recursos, há convênios realizados entre o Ministério da Justiça e os estados e municípios, envolvendo receitas correntes e de capital, e que interessam em especial a este estudo por tratarem de objetos concernentes à segurança pública.

O gráfico 6, ao lado, mostra que não há linearidade nesses repasses ao longo dos anos, e que também estes sofreram importante redução no período recente.

Apesar de esses montantes serem importantes, o valor de R\$ 35 milhões recebidos no ápice dessa política pelo Ceará representa apenas 7,9% do total de convênios firmados pelo Ministério da Justiça, visto que a maior parte dos recursos ao longo dos anos foi repassada para estados e cidades das regiões sudeste e sul, principalmente capitais, como mostram os dados de geoprocessamento a seguir, presentes nas imagens 1 e 2.

Gráfico 6: Valor liberado, pelos convênios do Ministério da Justiça, para o Estado do Ceará (em \$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal da Transparência – Dados – Convênios (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/downloads/snapshot.asp?c=Convênios#get>); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Imagem 1: Convênios do Ministério da Justiça – valor total liberado para municípios, entre 1996 e 2015, por município (em R\$ de 2015)



11

Imagem 2: Convênios do Ministério da Justiça – valor total liberado para estados, entre 1996 e 2015 (em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal da Transparência – Dados – Convênios (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/downloads/snapshot.asp?c=Convênios#get>); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

1.2. Caracterização da estrutura da despesa do estado do Ceará

Assim como é relevante entender as fontes de financiamento de um ente, compreender como e com que esse ente gasta os recursos orçamentários é fundamental para dimensionar o peso dado à função segurança pública. Neste aspecto é relevante mencionar que a Constituição Federal de 1988 define regramentos de despesa que independem do arbítrio dos nossos estados e municípios no que diz respeito aos gastos com educação e saúde¹. Estas duas áreas de políticas públicas contam, então, com uma proteção legal que lhes garante lugar cativo no orçamento. Quanto à segurança pública, a normativa constitucional não define uma regra de vinculação de recursos, sendo apenas pactuado o ordenamento de polícias estaduais e a obrigação de garantia da segurança pela União e Estados, estando os municípios sem uma obrigatoriedade explícita de ação quanto a essa função. Esse ponto por si já diferencia muito a análise do estado do Ceará e o município de São Paulo, mas cabe olhar os números para ver que o financiamento dos entes brasileiros tem peculiaridades muito surpreendentes.

As despesas públicas no Brasil são contabilizadas em tipos diferentes de classificações. Nesta nota analisaremos as que consideramos fundamentais para compreensão do gasto na área de segurança pública: classificação por natureza econômica, classificação funcional e classificação programática. Uma outra classificação da despesa é a institucional, isto é, a avaliação de quem é responsável pelo gasto, em outras palavras, qual órgão ou secretaria. Tendo em vista a temática em análise, o foco são os órgãos ligados à segurança pública.

A classificação por natureza econômica aponta a forma de contratação ou utilização dos recursos em qualquer função. Por exemplo, gastos com salários (pessoal ativo ou inativo), contratação de serviços de terceiros, pagamento de dívidas, compra de material de consumo ou realização de investimentos em obras novas.

Já a classificação funcional demonstra a despesa dividida entre as principais funções, isto é, finalidades de gasto, como educação, saúde ou segurança. Estas se subdividem em subfunções, por exemplo, educação infantil (educação), atenção básica (saúde) ou policiamento (segurança pública).

A terceira classificação usada aqui é um detalhamento da classificação funcional, isto é, a classificação programática são pacotes de ações (programas) desenvolvidos para atingir objetivos de cada função. Por exemplo, um programa de policiamento comunitário pode ser realizado pelo estado do Ceará para garantir o objetivo de redução dos homicídios nos bairros periféricos da cidade de Fortaleza, associado à função segurança e à subfunção policiamento.

Ainda, é importante destacar a possibilidade de combinar as visões de duas ou mais classificações para uma análise mais detalhada e completa da despesa. Por exemplo, a análise de quanto a secretaria de segurança pública gastou na subfunção policiamento no programa de polícia comunitária para pagar salários compreende quatro níveis de análise orçamentária – institucional (secretaria de segu-

1. Para uma visão mais detalhada sobre as questões de financiamento e mudanças recentes, ver PERES; PEREIRA, 2016.

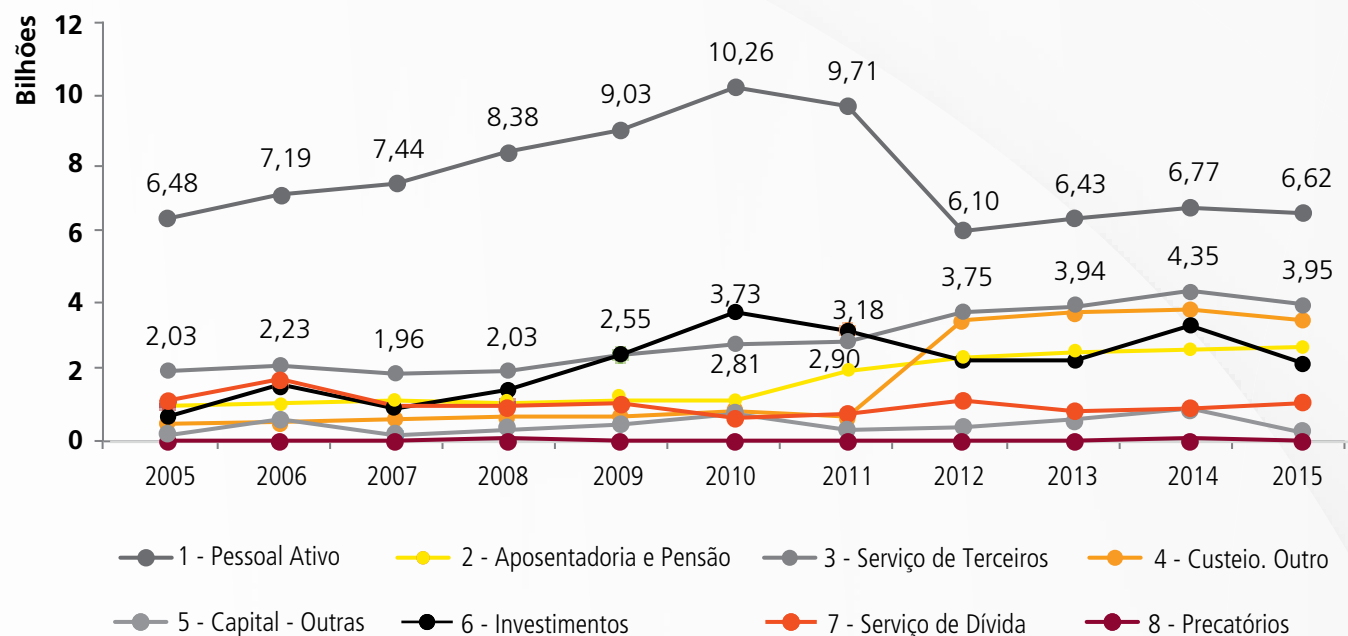
rança), funcional (subfunção policiamento), programática (política comunitária) e categoria econômica (pagamento de salários) – possibilitando um olhar mais específico sobre os gastos da área.

A partir desta seção serão apresentadas as estruturas de gastos na área de segurança pública para o estado do Ceará. Cabe destacar que os dados analisados se referem aos valores de despesas empenhadas, ou seja, aqueles efetivamente gastos pelo estado e município, e não somente previstos em legislação orçamentária.

O gráfico 7 demonstra a evolução do gasto por categoria econômica do estado do Ceará, compreendendo o período de 2005 a 2015. O maior volume de despesas está associado ao pessoal ativo, inativo e aos serviços de terceiros. Percebe-se também que, desde 2011, há um aumento das despesas de custeio, certa redução da despesa de pessoal ativo e incrementos dos serviços de terceiros.

Quando analisado o peso das despesas com a função segurança no mesmo período, é interessante notar que esta função vem aumentando sua participação na despesa

Gráfico 7: Despesas empenhadas totais, por categoria econômica, no estado do Ceará (em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/ICE e SEFAZ/ICE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

total, passando de 5,6% em 2005 para 8,8% em 2015, com uma despesa total de R\$ 1,8 bilhão, como demonstra o gráfico 8, abaixo.

Em termos de participação no orçamento estadual, conforme a tabela 1 demonstra, a despesa com a função segurança ocupa a 5ª posição, estando atrás apenas de encargos sociais (dívidas em geral), previdência, educação e saúde.

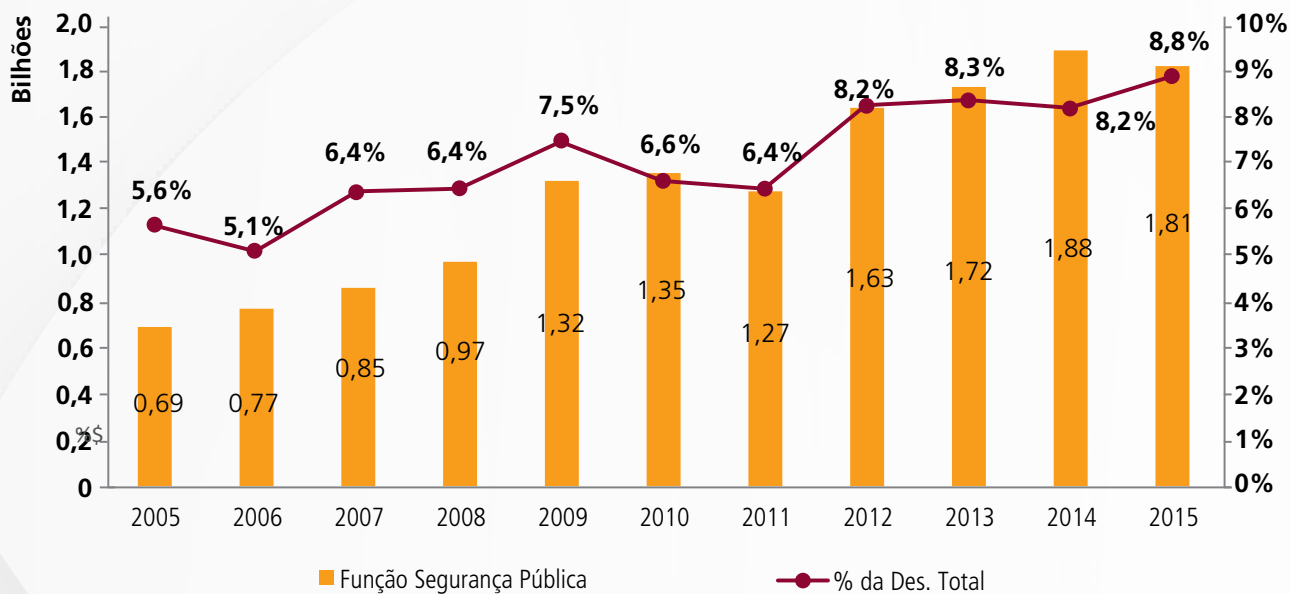
Na função segurança pública, a principal categoria de despesa é a de pessoal, representando cerca de 70% das despesas empenhadas nos últimos anos e o pico de 73% em 2015. Os gastos com serviços de terceiros também são

relevantes, ocupando entre 18 e 20% do volume de despesas empenhadas da função nos últimos 4 anos, conforme gráfico 9.

Dentre as subfunções, a que mais se destaca é a de administração geral em função da contabilização dos salários dos policiais nesse item de despesa (gráfico 10). A segunda de maior destaque é a policiamento, onde estão contabilizadas outras despesas que não salários, como contratação de serviços de terceiros (maior parte) ou investimentos.

Com relação à análise programática, a tabela 2, a seguir, destaca os principais programas na área de segu-

Gráfico 8: Função segurança pública – despesas empenhadas e percentual total da despesa, no estado do Ceará (em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/CE e SEFAZ/CE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Tabela 1: Percentual da função no total das despesas empenhadas, no estado do Ceará (em R\$ de 2015)

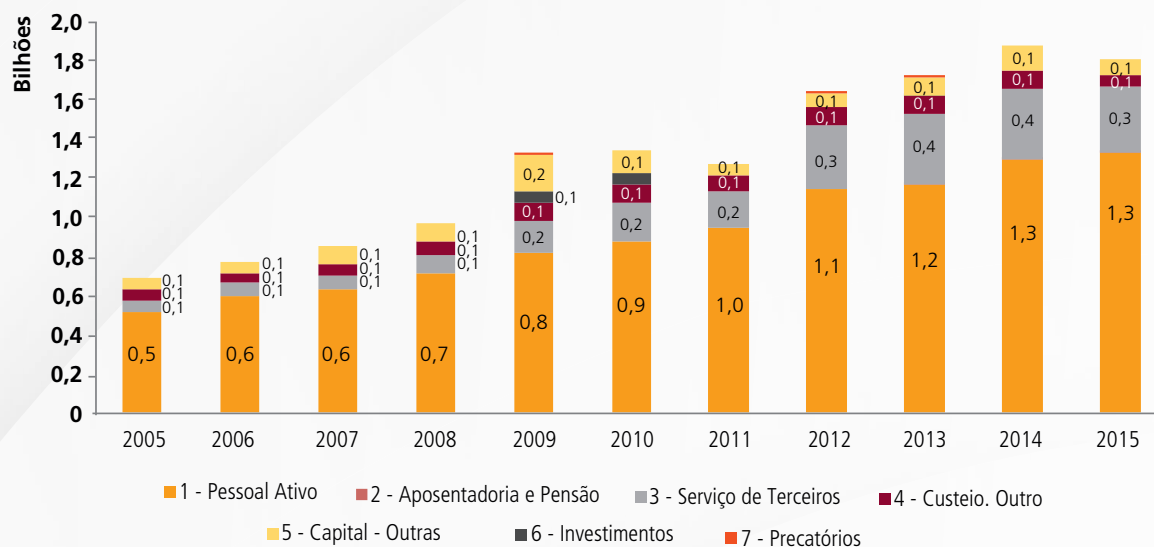
Principais Funções	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Encargos Especiais	22,70%	25,40%	22,20%	21,20%	19,60%	15,90%	17,50%	20,60%	19,20%	18,30%	19,80%
Saúde	10,50%	9,90%	10,90%	10,90%	11,20%	11,30%	11,80%	12,90%	13,40%	13,70%	13,70%
Previdência Social	13,30%	11,60%	13,70%	12,30%	10,90%	10,10%	10,20%	12,30%	12,40%	11,60%	13,20%
Educação	19,60%	18,10%	20,10%	19,60%	19,00%	19,00%	19,60%	14,60%	14,00%	12,80%	12,60%
Segurança Pública	5,60%	5,10%	6,40%	6,40%	7,50%	6,60%	6,40%	8,20%	8,30%	8,20%	8,80%
Transporte	2,30%	2,10%	2,10%	3,90%	7,10%	8,40%	5,90%	5,10%	6,00%	7,40%	7,50%
Judiciária	4,00%	3,50%	3,90%	3,90%	3,60%	3,70%	3,70%	4,30%	4,30%	4,20%	4,80%
Administração	6,80%	5,50%	6,20%	5,00%	5,00%	5,30%	5,30%	5,50%	5,20%	4,80%	4,60%
Legislativa	2,30%	2,10%	2,60%	2,70%	2,60%	2,50%	2,50%	2,60%	2,60%	2,40%	2,60%
Outras	12,90%	16,70%	11,80%	14,00%	13,50%	17,10%	17,10%	13,90%	14,50%	16,70%	12,30%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/ICE e SEFAZ/ICE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

rança pública no Ceará executados entre 2005 e 2015. O maior volume de recursos está no programa “Coordenação, Gestão e Manutenção”, que agrega, principalmente, as despesas de salários das polícias, estando coerente com a análise por categoria econômica, dado que essa programação aumenta cerca de 3 vezes no período analisado. Outros programas aparecem de maneira destacada como o “Segurança Moderna e com

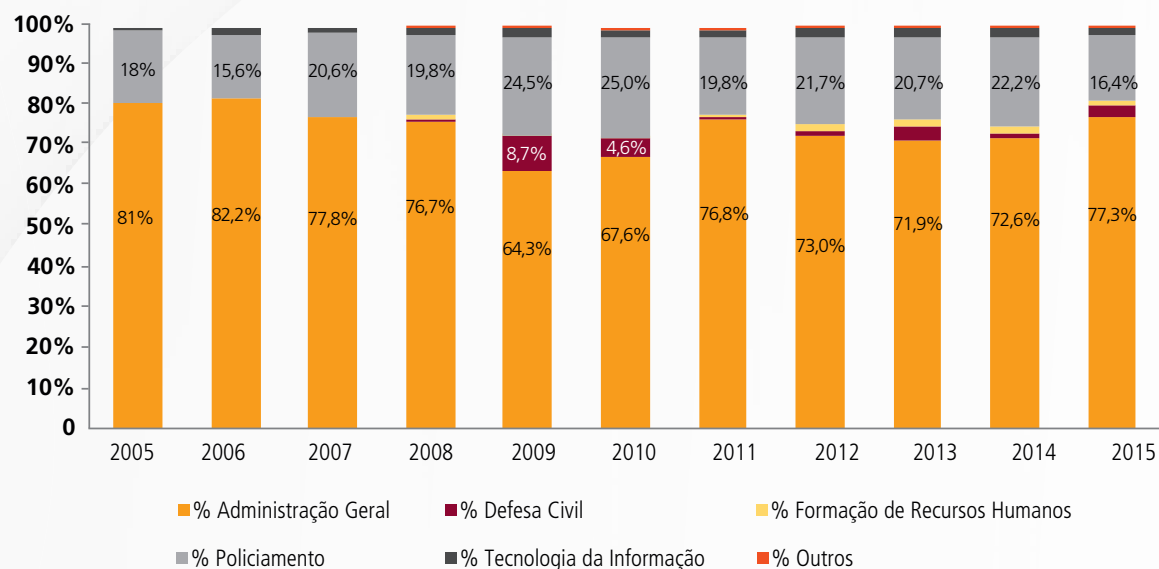
Inteligência” que, entre 2007 e 2010, apresentou crescimento importante, tendo sido, entretanto, reduzido e descontinuado a partir de 2012. Nesse mesmo ano, tem destaque o programa “Segurança Pública Integrada”, que apresentou crescimento até 2014 e redução em 2015, provavelmente em função das maiores restrições de financiamento, as quais o Ceará e todos os estados brasileiros têm enfrentado desde então.

Gráfico 9: Despesa empenhada na função segurança pública, por categoria econômica, no estado do Ceará (em R\$ de 2015).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/ICE e SEFAZ/ICE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 10: Percentual das subfunções da função segurança pública, por ano, no estado do Ceará (em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/ICE e SEFAZ/ICE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Tabela 2: Programas da função segurança pública executados pelo estado do Ceará, por ano (em R\$ Milhões de 2015)

Programas da Função	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Coordenação, Gestão e Manutenção	556,7	637,9	668	749,9	859,6	925,1	995,8	1.214,60	1.266,90	1.392,40	1.424,50
*Segurança Pública Integrada	-	-	-	-	-	-	-	241,5	246,6	328,4	197,8
Trânsito	1,7	1,8	6,7	11,7	12,8	16,4	18,1	-	-	-	-
Defesa Civil - Riscos e Desastres	-	-	-	2,4	115,5	62,6	9,6	18	58,6	22,5	58,2
Controle Disciplinar (Sist. Penitenciário)	-	-	-	-	-	-	0	0,9	0,4	0,4	0,1
Transporte	-	-	-	-	-	-	-	92,7	108,3	108,5	104,5
*Segurança Pública Comunitária	-	-	-	-	-	-	-	62,6	41,6	28,9	27,2
Segurança Moderna e Inteligente	121,8	118,3	89,8	161,5	258,8	234,9	187,3	-	-	-	-
*Ronda	-	-	78,6	35,4	57,4	95,7	53,1	-	-	-	-
Gestão de Tecnologia da Informação	6,7	12,7	9,4	9,7	11,9	8,2	2,9	-	-	-	-
Valorização do Servidor	-	-	-	-	2,5	1	2,4	-	-	-	-
Proteção às Minorias	0,2	0,5	0,2	0,8	1,4	1,4	2,4	-	-	-	-
*Segurança Institucional	-	-	-	1,9	1,5	0	0,7	-	-	-	-
Modernização da Administração	-	-	-	-	0,9	1,7	0,3	-	-	-	-

Observação: Foram agrupados programas por temas. As linhas que contém asterisco (*) contém nomes reais dos programas.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/CE e SEFAZ/CE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

1.3. Caracterização da despesa com pessoal ativo e inativo do Estado do Ceará

A quantidade de servidores do estado do Ceará oscilou bastante no período de 2004 a 2015. Observa-se, na Tabela 3, que o número de servidores ativos se manteve em uma média de 82 mil servidores entre 2004 e 2007, regis-

trando uma elevação de 16,3% em 2008, alcançando 96 mil servidores, e variou significativamente nos anos subsequentes, até encerrar 2015 com 100 mil servidores ativos.

Tabela 3: Quantidade de servidores no governo do estado do Ceará, por situação do servidor

Situação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Ativo	82.493	81.296	82.033	82.532	95.993	87.897	101.774	80.197	96.127	103.584	100.755	99.995
Inativo	28.900	30.635	31.009	30.890	30.692	30.911	31.217	52.410	38.476	41.044	43.079	44.352
Total	111.393	111.931	113.042	113.422	126.685	118.808	132.991	132.607	134.603	144.628	143.834	144.347
% ativo/total	74,1%	72,6%	72,6%	72,8%	75,8%	74,0%	76,5%	60,5%	71,4%	71,6%	70,0%	69,3%
% inativo/total	25,9%	27,4%	27,4%	27,2%	24,2%	26,0%	23,5%	39,5%	28,6%	28,4%	30,0%	30,7%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/ICE e SEFAZ/ICE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Entre 2004 e 2015, o número de servidores ativos se elevou em 21,2%, conforme tabela 4. Já a quantidade de servidores inativos (aposentados) se manteve em torno de 30 mil servidores entre os anos de 2004 e 2010, registrando uma enorme elevação de 67,9% em 2011, chegando a 52 mil, para voltar a baixar em 2012 ao patamar de 38 mil, e crescer nos anos de 2012 a 2015, encerrando a série com 44 mil servidores. No agregado do período 2004-2015, a variação de inativos foi de 53,5%, evidenciando um crescimento muito maior do que aquele observado entre os servidores ativos.

No que tange à representatividade dos grupos de servidores ativos e inativos em relação ao total, ao final do período os inativos representam maior número, proporcionalmente, do que no início da série: são 30,7% do total dos servidores em 2015 contra 25,9% em 2004.

A despesa de pessoal com servidores ativos do estado do Ceará (gráfico 11) cresceu 94,5% no período de 2004 a 2015. O comportamento da despesa de pessoal com servidores inativos apresenta um crescimento de 35,6% no período de 2004 a 2010. Assim como para os servidores

Tabela 4: Variação na quantidade de servidores no governo do Estado do Ceará, por situação do servidor

Situação	Variação 2004-2015
Ativo	21,2%
Inativo	53,5%
Total	29,6%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/ICE e SEFAZ/ICE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

ativos, a despesa com servidores inativos praticamente dobrou de 2004 a 2015, passando de R\$ 826 milhões para R\$ 1,65 bilhões. Em números absolutos, a despesa de pessoal do estado do Ceará vem crescendo de 2004 a 2014, exceto no ano de 2015 em que houve uma ligeira queda, passando de R\$ 6,07 bilhões em 2014 para R\$ 6,06 bilhões em 2015.

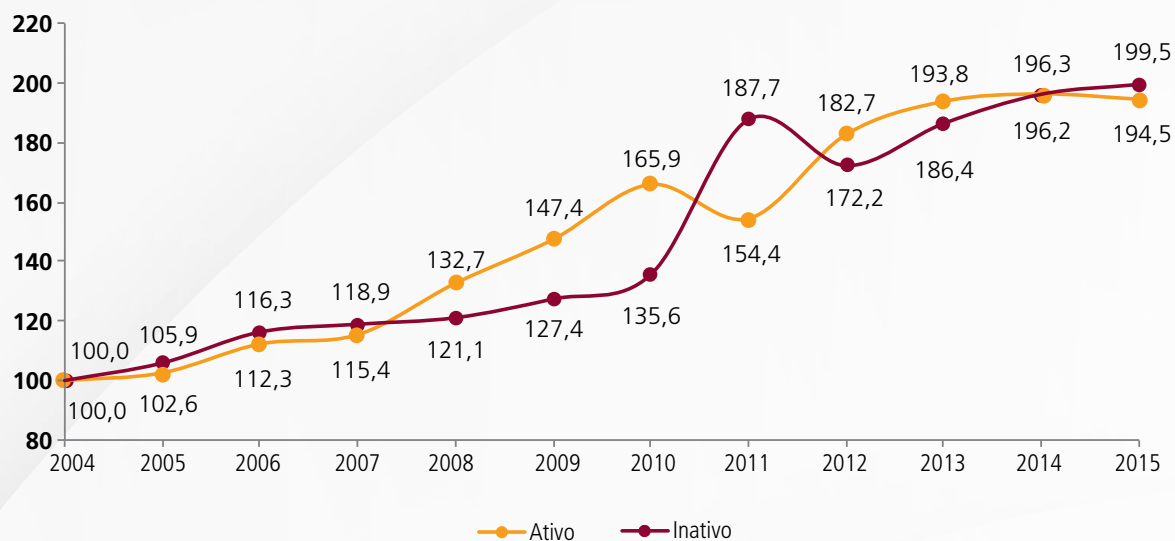
Ao contrário do que foi observado em relação ao quantitativo de servidores, em que a quantidade de servidores inativos cresceu mais e com maior velocidade - 53,5% enquanto o crescimento entre servidores ativos foi de 21,2% -, se comparado ao número de ativos não é possível observar uma preponderância da despesa de pessoal com servidores inativos. Um dos fatores que pode explicar tal comportamento é que servidores inativos em alguns casos recebem salários menores do que os servidores ativos, por conta das regras previdenciárias e do não recebimento de determinadas gratificações e benefícios.

Outro aspecto a ser considerado na análise é a composição institucional da segurança pública. O Governo do estado do Ceará possui oito órgãos vinculados à seguran-

ça pública, a saber: Casa Militar (CM); Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário do Estado do Ceará (CGD); Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS); Polícia Militar do Ceará (vinculada à SSPDS); Superintendência da Polícia Civil (vinculada à SSPDS); Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (vinculado à SSPDS); Perícia Forense do Estado do Ceará (vinculada à SSPDS); e Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (vinculada à SSPDS).

A despesa anual dos órgãos vinculados à segurança pública do Governo do estado do Ceará vem crescendo ano a ano de 2004 a 2015, registrando um aumento de 152,8% para o período, como mostra a tabela 5. Se considerarmos apenas a despesa com servidores ativos, é possível notar um crescimento de 176,4%, pois o valor passa de R\$ 468 milhões em 2004 para R\$ 1,3 bilhões em 2015. Já a despesa com servidores inativos cresceu 98% de 2004 a 2015. Em relação à proporção da despesa entre servidores ativos e inativos é possível notar que o peso dos servidores ativos aumentou de 70% para 76,5%, de 2004 a 2015, e o peso dos servidores inativos diminuiu de 30% para 23,5%, considerando o mesmo período.

Gráfico 11: Evolução da despesa de pessoal do governo do estado do Ceará (base 100)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/CE e SEFAZ/CE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

20

Tabela 5: Despesa de pessoal dos órgãos vinculados à segurança pública do governo do estado do Ceará, por situação do servidor (em R\$ de 2015)

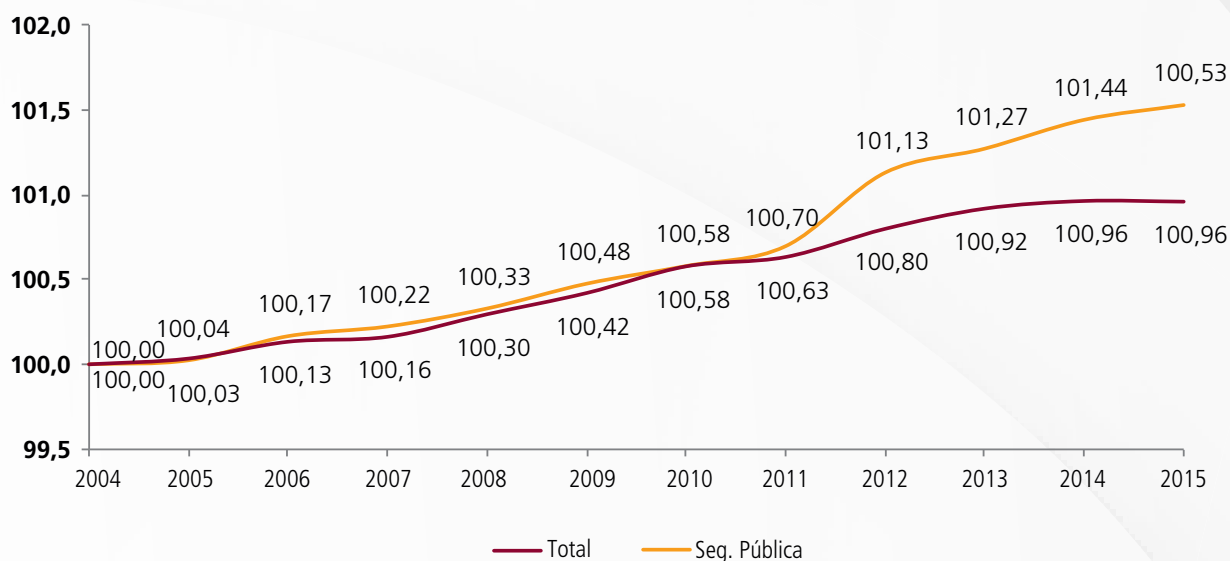
Situação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Ativo	467.599.966	478.685.536	552.324.489	584.781.574	654.398.566	741.677.348	808.285.495
Inativo	200.823.997	206.367.221	227.865.301	233.272.377	234.527.261	245.080.555	247.695.024
Total	668.423.963	685.052.757	780.189.790	818.053.951	888.925.827	986.757.903	1.055.980.519
% ativo/total	70,0%	69,9%	70,8%	71,5%	73,6%	75,2%	76,5%
% inativo/total	30,0%	30,1%	29,2%	28,5%	26,4%	24,8%	23,5%
Situação	2011	2012	2013	2014	2015	% 15-09	% 15-04
Ativo	837.715.287	1.075.329.561	1.131.968.270	1.230.778.404	1.292.424.908	74,3%	176,4%
Inativo	296.461.434	348.438.881	386.340.229	400.998.368	397.594.876	62,2%	98,0%
Total	1.134.176.721	1.423.768.442	1.518.308.499	1.631.776.772	1.690.019.784	71,3%	152,8%
% ativo/total	73,9%	75,5%	74,6%	75,4%	76,5%		
% inativo/total	26,1%	24,5%	25,4%	24,6%	23,5%		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/CE e SEFAZ/CE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Outro ponto importante a ser analisado é o peso da despesa anual com pessoal dos órgãos vinculados à Segurança Pública em relação à despesa de pessoal total do Governo do Estado, como demonstra o Gráfico 12 a seguir. Em 2004, a despesa de pessoal com segurança pública representava 21,6% da despesa de pessoal total

e se manteve em uma média de 22,1% de 2004 a 2011. A partir de 2012, os percentuais aumentaram ligeiramente, chegando a 27,9% em 2015. Vale destacar que a despesa de pessoal total cresceu 95,9% de 2004 a 2015, ao passo que a despesa de pessoal com segurança pública cresceu 152,8% durante o mesmo período.

Gráfico 12: Comparação da evolução da despesa de pessoal total versus despesa de pessoal da segurança pública do estado do Ceará (base 100)

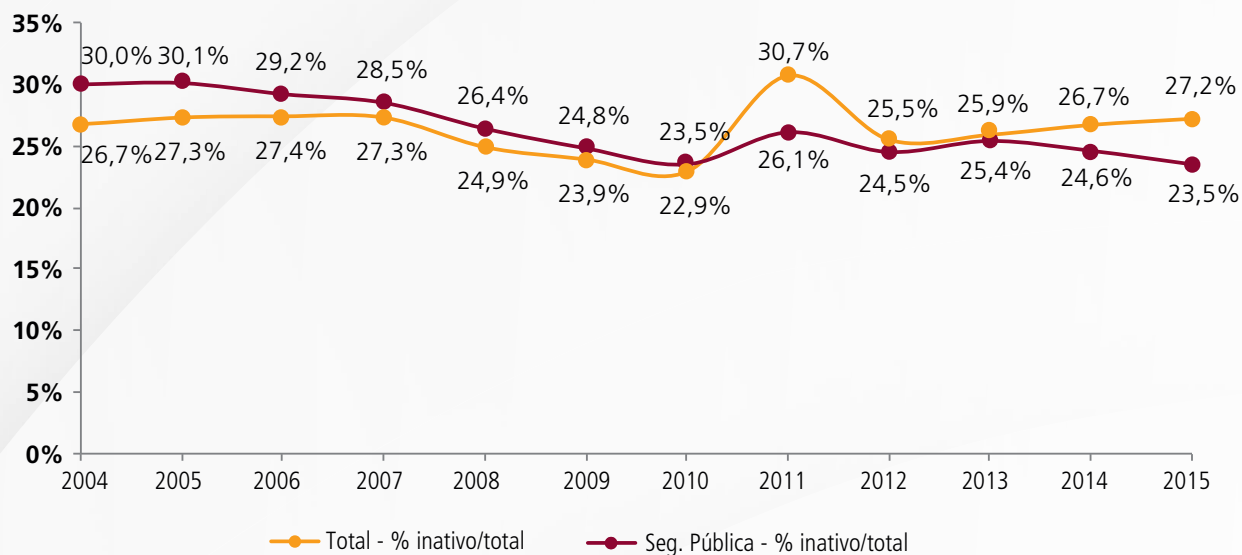


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/ICE e SEFAZ/ICE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Por fim, pode-se apontar a importância da análise dos indicadores de participação dos servidores inativos em relação à despesa de pessoal total e da participação da despesa de pessoal da segurança pública sobre a despesa de pessoal total. O Gráfico 13 aponta que, até o ano de 2010, o peso dos servidores inativos na

despesa de pessoal com segurança pública no Ceará, era superior ao peso dos servidores inativos em relação à despesa de pessoal total do ente. No geral, o peso dos servidores inativos nas despesas de pessoal total e na despesa de pessoal com segurança pública girou em torno de 26%.

Gráfico 13: Percentual da despesa com inativos em relação à despesa de pessoal total e à despesa de pessoal com segurança pública do estado do Ceará



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SEPLAG/CE e SEFAZ/CE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ainda em relação à despesa de pessoal com servidores inativos, pode-se observar que esses valores têm registrado taxas de crescimento que não são acompanhadas do crescimento semelhante do patamar das receitas previdenciárias,

gerando um déficit no saldo financeiro. Esse fenômeno pode ser observado nas projeções atuariais (elemento obrigatório da Lei de Responsabilidade Fiscal) do Estado do Ceará, conforme anexo 1.

1.4. Desenho organizacional e de governança da segurança pública no Ceará

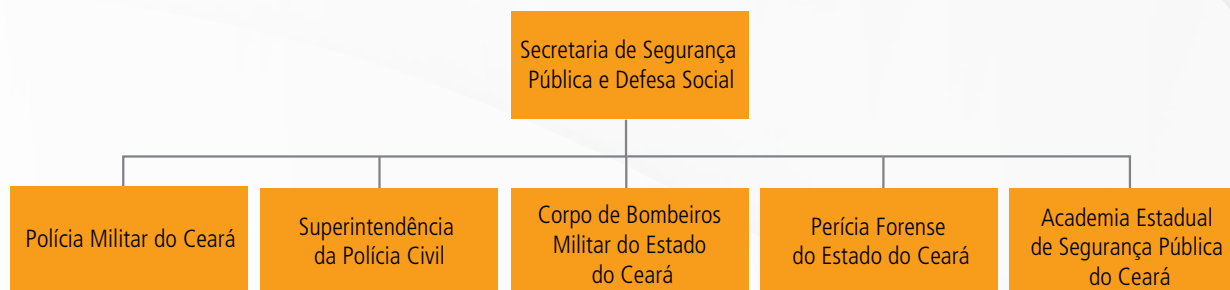
A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social (SS-PDS) é o órgão responsável pela segurança pública no estado do Ceará. A instituição iniciou suas atividades em 1997, sob a denominação de Secretaria de Segurança Pública e Defesa da Cidadania (SSPDC), e, em 2003, além de rece-

ber seu novo nome, sua estrutura sofreu alterações, passando a ser responsável pela coordenação, o controle e a integração das ações da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, dos Institutos de Polícia Científica e da Corregedoria.

Entretanto, em 2011, a secretaria passou por diversas alterações em sua estrutura, atribuições e na composição de unidades sob sua responsabilidade. Nesse contexto, os Institutos de Polícia Científica deixaram de existir, passando a integrar uma única unidade, a Perícia Forense do Estado do Ceará, estando, desta forma, sob a atribuição da SSPDS. Além disso, a correição disciplinar dos profissionais da segurança deixou de ser

responsabilidade da SSPDS, passando a ser realizada pela Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos da Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), órgão com status de Secretaria de Estado. Por fim, com a criação da Academia Estadual de Segurança Pública, esta também se tornou vinculada à SSPDS. O diagrama 1 apresenta as unidades institucionais vinculadas à SSPDS do estado do Ceará.

Diagrama 1: Unidades vinculadas à SSPDS



Fonte: SSPDS, 2016.

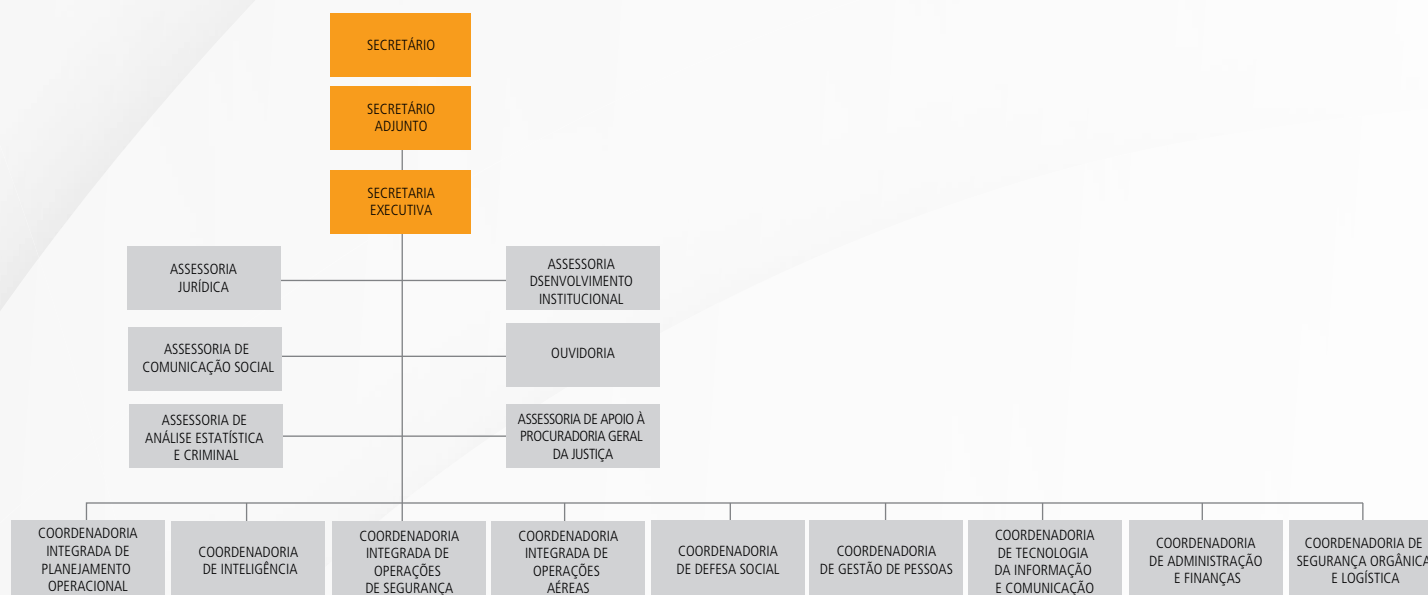
Além do controle e articulação de tais unidades, a SSPDS também realiza a coordenação dos Conselhos Comunitários de Defesa Social do Estado do Ceará e, assim, busca zelar pela ordem pública e pela incolumidade das pessoas e do patrimônio, coordenando, controlando e integrando as ações das unidades citadas.

De modo a realizar tais objetivos, seus principais programas e projetos atuais são: i) Em Defesa da Vida: programa de metas e bônus para redução de indicadores de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) e Crimes Violentos Patrimoniais (CVP) [2015]; ii) Pacto por um Ceará Pacífico: es-

forço interinstitucional, capitaneado pelo Governo do Estado, com ações estratégicas nas Dimensões “Segurança e Justiça” e “Segurança e Prevenção Social” [2016]; iii) Unidades Integradas de Segurança (UNISEG): circunscrições de responsabilidade compartilhada e atuação articulada entre PM e PC, com ênfase no policiamento de proximidade e delegacias 24h [2016].

Do ponto de vista institucional interno, o diagrama 2, abaixo, apresenta a estrutura organizacional da SSPDS, sendo que este é o quadro responsável pela integração e organização das unidades da secretaria.

Diagrama 2: Organograma da SSPDS.



Fonte: SSPDS, 2016.

2. Município de São Paulo

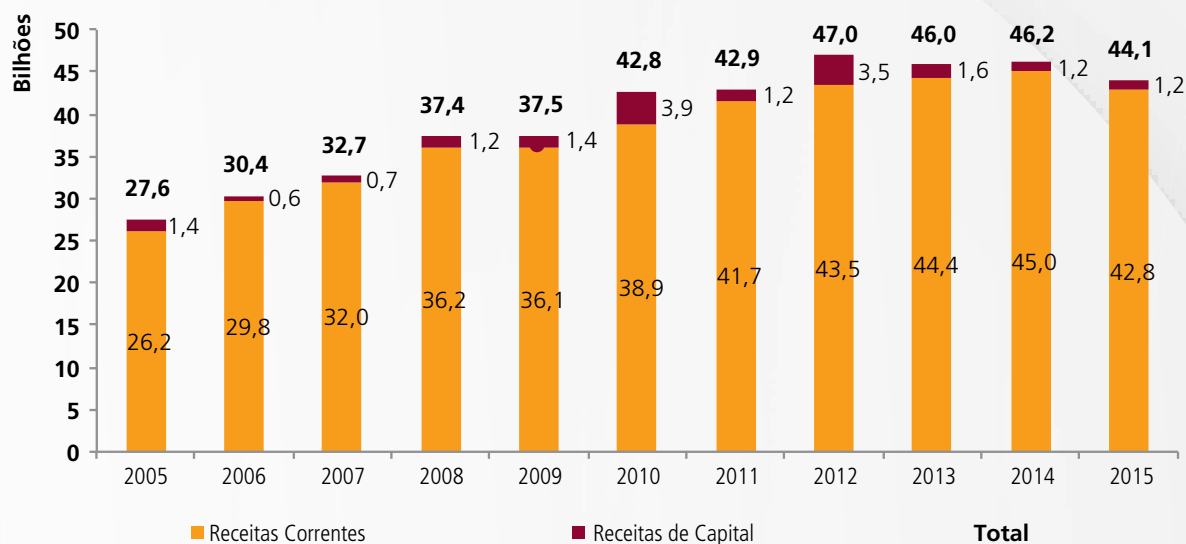
2.1. Caracterização das fontes de receita do município de São Paulo

O município de São Paulo tem uma característica muito peculiar comparativamente aos demais entes nacionais: seu volume orçamentário é superior à maior parte dos estados brasileiros, o que o coloca entre os 5 maiores orçamentos do país. Dessa forma essa cidade-estado tem importante capacidade de geração de receita e menor volume relativo de transferências correntes. Apesar disso, como será abordado no item 3, sua situação de despesas com serviço da dívida traz desafios

importante a todas as políticas públicas municipais e, inclusive, à segurança pública. A seguir alguns destaques da receita do município.

O primeiro ponto de destaque indica que a receita orçamentária do município de São Paulo é de quase o dobro do estado do Ceará. Sua trajetória de crescimento acontece até 2014, com queda registrada apenas em 2015, conforme aponta o gráfico 14, abaixo.

Gráfico 14: Receitas, por categoria econômica, município de São Paulo (em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

As receitas de capital do município são ainda menos significativas que as do estado do Ceará. A restrição do Senado Federal para contratação de operações de crédito por parte do município foi mais severa, dado o volume de endividamento municipal ao longo das últimas décadas (mais de 2,5 vezes o valor das Receitas Correntes Líquidas)¹ e, além disso, o município teve dificuldades em aderir ao pacote de investimentos do PAC federal, praticamente não contando com recursos dessa transferência de capital no período apontado.

Os gráficos 15 e 16 a seguir apontam as mais importantes receitas do município, as tributárias e as referentes às cotas-parte de impostos estaduais. Entre as receitas tributárias, os destaques são o Imposto Sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU). É possível apontar que o volume de arrecadação do ISS dobra no período analisado, chegando ao impressionante valor de R\$ 12,5 bilhões em 2014, graças, principalmente, a mudanças de regras de legislação (combate à guerra fis-

cal entre municípios) e à modernização tecnológica (nota fiscal eletrônica). Esse imposto é quase o dobro do IPTU e, atualmente, também quase o dobro da cota-parte do ICMS que, historicamente, foi um dos impostos mais importantes do município até os anos 2000².

É interessante também apontar que a somatória de quatro impostos que dependem de geração de receita do município (impostos próprios), isto é, ISS, IPTU, ICMS e IPVA (cotas-parte)³ representam, em 2015, 64% das receitas correntes do município e 61% do total do orçamento, o que dá a dimensão de sua capacidade de geração de receitas e menor peso das transferências federais em seu orçamento.

As principais transferências correntes que o município recebe estão apontadas no gráfico abaixo, (excluindo as cotas-parte do IPVA e ICMS). É possível apontar que os recursos destinados aos Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Fundeb são os valores mais expressivos e somados repre-

1. Para um detalhamento da situação de endividamento do município ver Peres e Leite (2014).

2. A mudança do perfil de atividade industrial para serviços no município também ajuda a entender o crescimento/decrescimento de importância do ISS e ICMS em São Paulo.

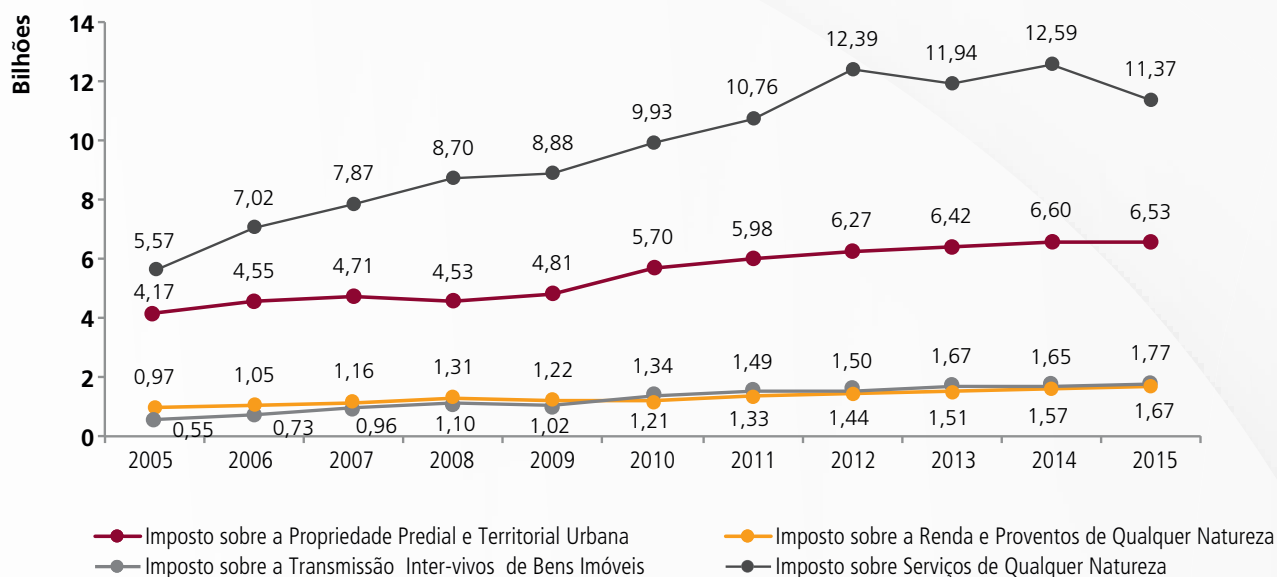
3. É relevante destacar que apesar do IPVA e ICMS serem contabilizados como transferências correntes, estes são dependentes de geração de receita própria do município, diferentemente do FPM, por exemplo, que é uma repartição de recursos federais entre todos os municípios brasileiros, tendo por base critérios de equalização de disparidades tributárias e sociais.

sentam mais de R\$ 3 bilhões. O montante total de transferências correntes, quando se retira o ICMS e o IPVA, é de aproximadamente R\$ 5 bilhões, representando algo como 12% das receitas correntes e 11% do orçamento total, o que demonstra seu menor peso vis-à-vis às receitas de impostos próprios do município.

Um destaque também importante relativo às receitas correntes do município refere-se aos recursos transferidos por meio da celebração de convênios entre o Ministério da Justiça e o município de São Paulo. Assim como ocorrido no caso do estado do Ceará, os valores são oscilantes. No

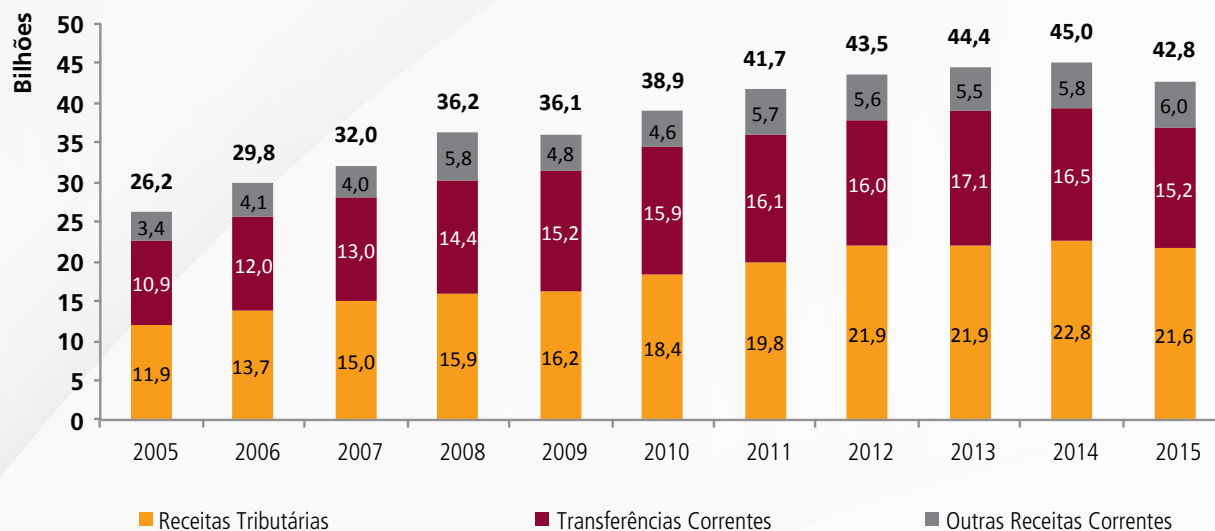
período analisado, percebe-se que os montantes são decrescentes entre 2010 e 2013, apresentando, em contrapartida, leve alta nos anos de 2014 e 2015, como aponta o gráfico 19, abaixo. O município de São Paulo recebeu menos recursos do que o estado do Ceará, visto que boa parte dos convênios do Ministério da Justiça envolvia ações com a Polícia Militar (PM), tais como cursos de formação ou aquisição de equipamentos. Ainda assim, os recursos são significativos nos anos de 2007, 2008, 2010 e 2011, sendo que boa parte das transferências via convênios foi aplicada para a compra de câmeras de monitoramento para o município.

Gráfico 15: Receitas tributárias (correntes), por ano, do município de São Paulo (em R\$ de 2015)



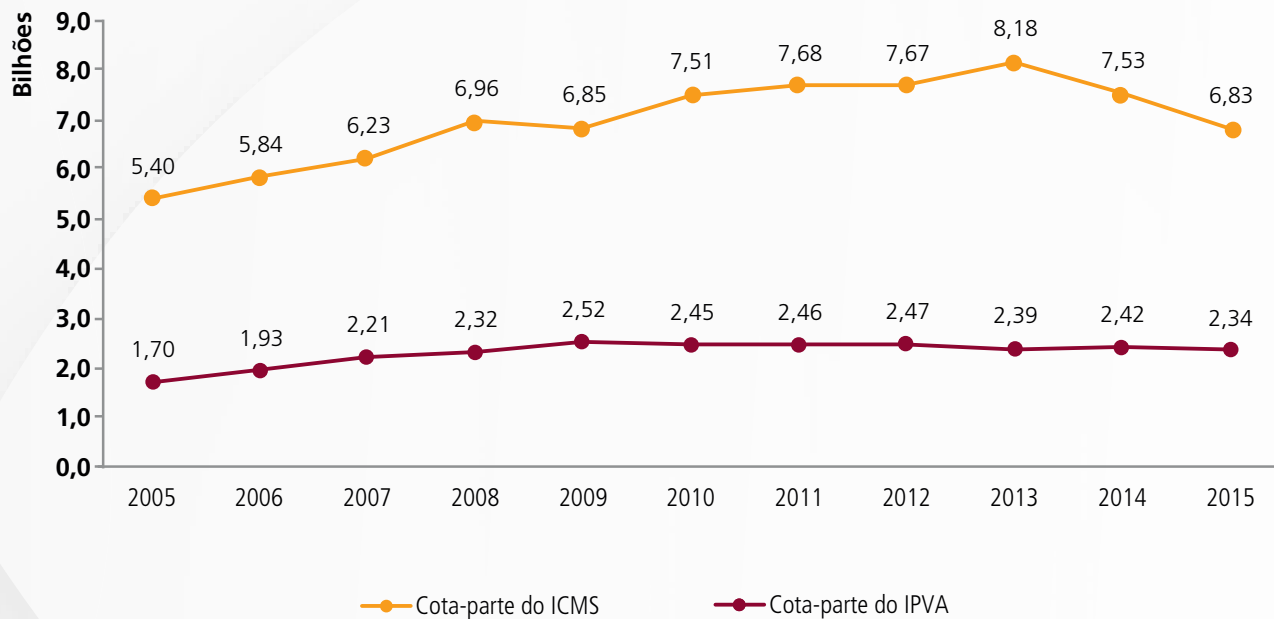
Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 16: Receitas correntes, por tipo, no município de São Paulo (em R\$ de 2015)



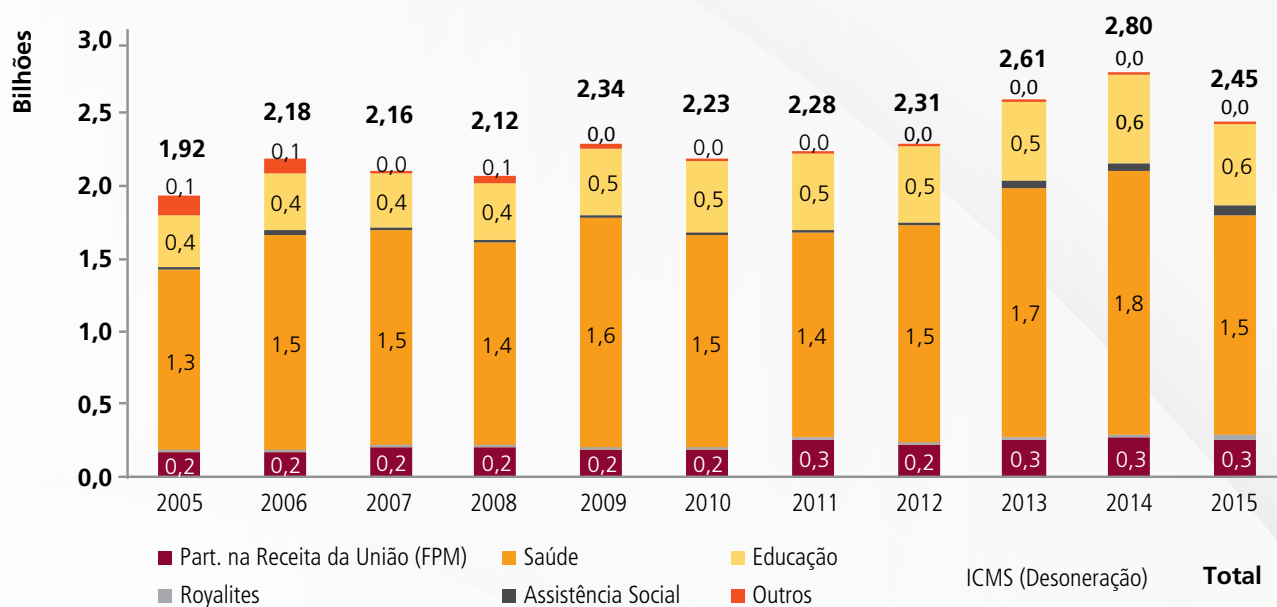
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 17: Transferências do estado (correntes), por tipo, no município de São Paulo (em R\$ de 2015)



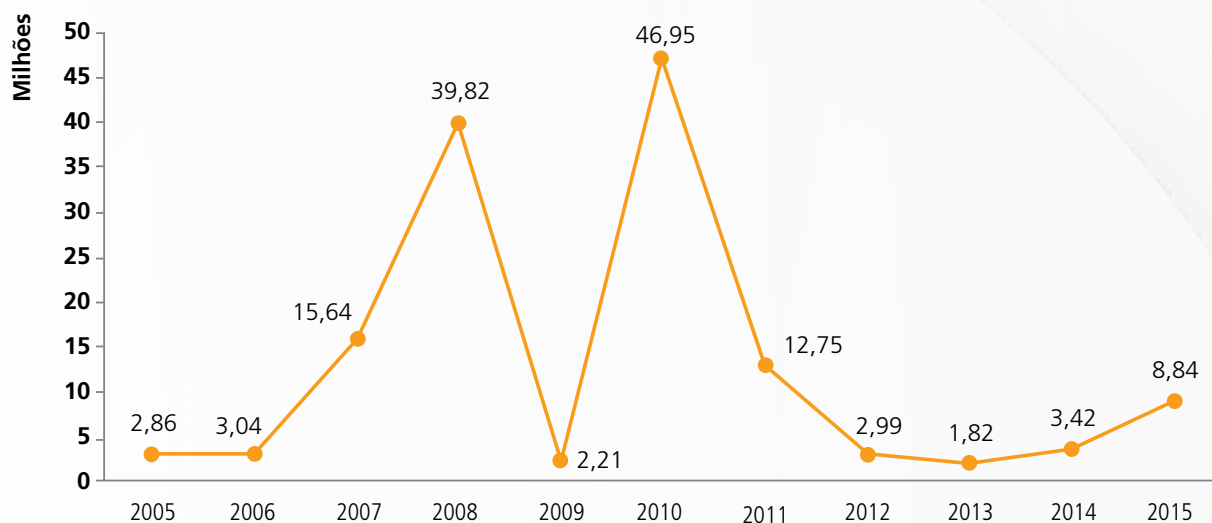
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 18: Transferências da União, por tipo, no município de São Paulo (em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 19: Valor liberado, pelos convênios do Ministério da Justiça, para o município de São Paulo (em R\$ de 2015)



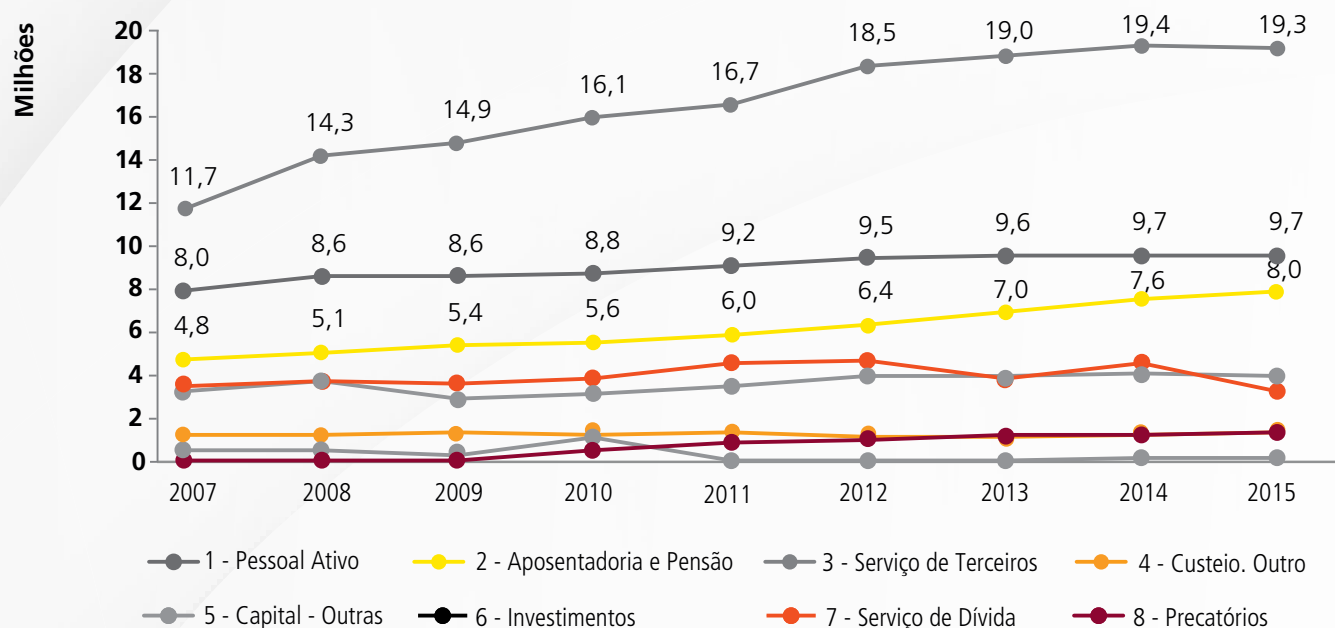
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Portal da Transparência – Dados – Convênios (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/downloads/snapshot.asp?c=Convênios#get>); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

2.2. Caracterização da Estrutura da Despesa do município de São Paulo

Como já apontado, São Paulo tem um dos maiores volumes de orçamento público do país, e, como tal, suas despesas revelam um orçamento de porte estadual, com execução de R\$ 47 bilhões em 2015. É interessante per-

ceber que o município cresce fortemente nos últimos anos até 2014 (com exceção de 2008, ano de profunda crise internacional). O volume das despesas em 2015 é 41% superior ao de 2007, conforme aponta o gráfico 20.

Gráfico 20: Despesas empenhadas totais, por categoria econômica, no município de São Paulo (em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

As despesas com serviço de terceiros constituem o principal item de despesa no município de São Paulo. Nesta categoria, são contabilizados os contratos de limpeza urbana, transportes, serviços de saúde terceirizados e também serviços de vigilância privada, que destacaremos oportunamente. O segundo gasto mais expressivo se dá com pessoal ativo e, na sequência, despesas com inativos. Cabe ressaltar que os dados de 2005 e 2006, obtidos na

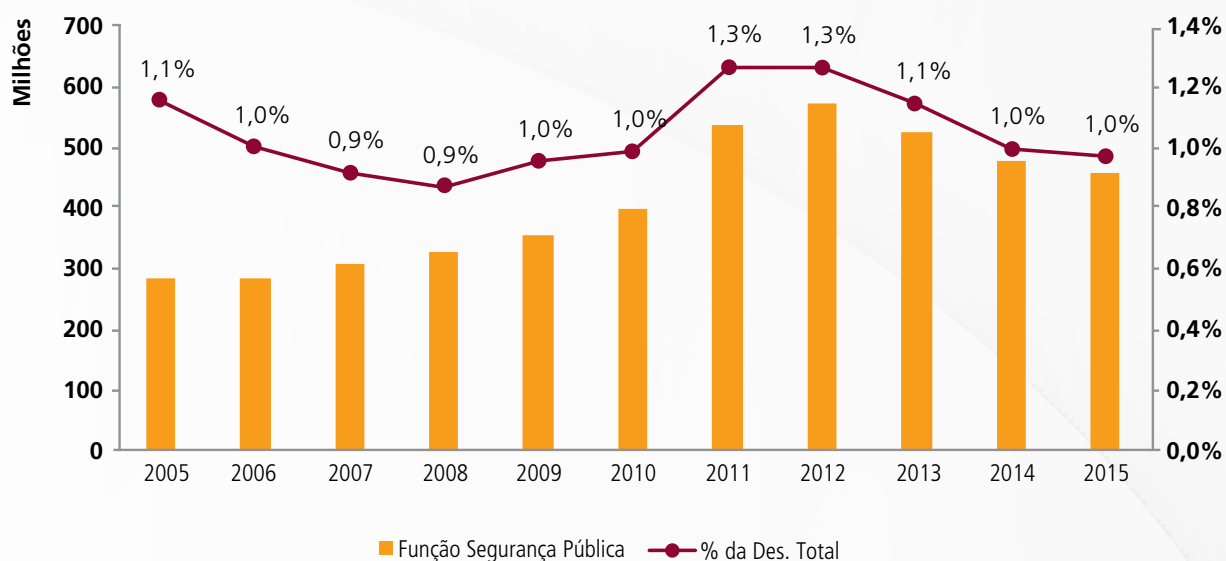
base de dados da Prefeitura de São Paulo (Quadro Detalhado das Despesas), não eram confiáveis em relação à sua classificação enquanto elemento da despesa ou categoria econômica. Conforme foi possível verificar, estes dois anos apresentaram classificações contábeis e orçamentárias distintas dos demais anos, classificando, por exemplo, despesas com aposentadoria em outras categorias. Desta forma, optou-se por não utilizar os dados destes dois anos.

Situações como esta reforçam a importância da existência de padrões orçamentários e contábeis, que poderiam minimizar erros deste tipo.

Já a análise da despesa por função, apontada no Gráfico 21, mostra que a situação de São Paulo é bastante diferente do observado no estado do Ceará, visto que o município não é encarregado constitucionalmente das po-

lícias, estando seu gasto associado, principalmente, à manutenção da Guarda Civil Metropolitana e às estruturas da Secretaria de Segurança Urbana. Assim, o peso da função segurança em São Paulo varia em torno de 1% das despesas totais, chegando ao pico de 1,3% nos anos de 2011 e 2012, em função da mudança de programação de gastos do governo da época, com a adoção da Operação Delegada, que será tratada posteriormente.

Gráfico 21: Função segurança pública – despesas empenhadas e percentual total da despesa do município de São Paulo (em R\$ de 2015)

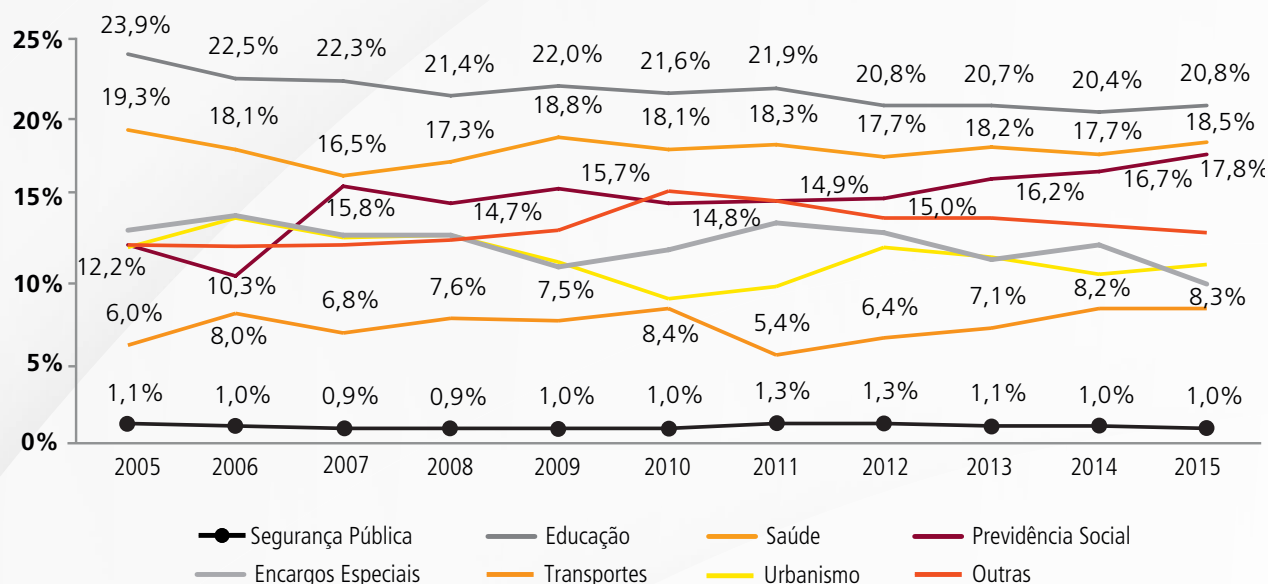


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ainda assim, é importante destacar que 1% das despesas de São Paulo tem representado, em média, cerca de meio bilhão de reais, resultando em um gasto relevante, superior, por exemplo, ao aplicado na função assistência social, ou cultura. O gráfico

22 apresenta comparação entre as despesas empenhadas na função segurança em relação à despesa empenhada total, com destaque a algumas funções do orçamento municipal, como educação, saúde e previdência social.

Gráfico 22: Percentual da função segurança pública no total das despesas empenhadas, no município de São Paulo (em R\$ de 2015)



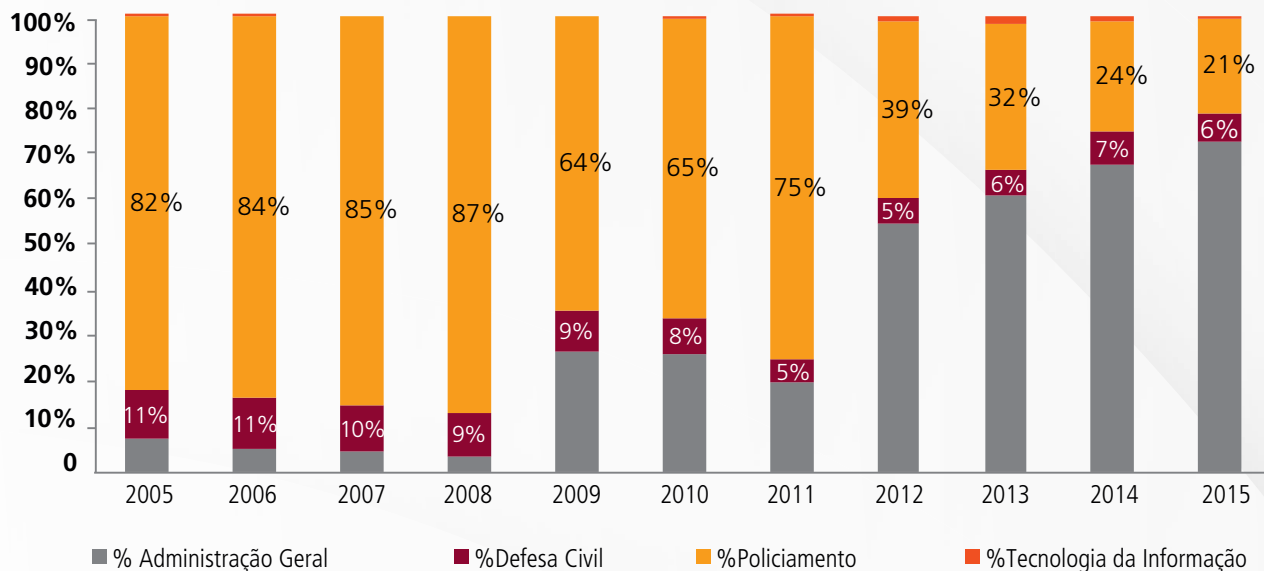
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Analisando detidamente a composição da função segurança no município de São Paulo, é possível apontar que houve uma alteração de gastos ao longo dos últimos anos, uma vez que o volume de recursos despendidos com a subfunção policiamento foi reduzido e houve migração para a subfunção administração geral. Tal modificação pode ser observada no gráfico 23, sobretudo a partir do ano de 2012, quando a subfunção passa a responder por 55% das despesas, em contraposição aos 20% observados no ano anterior, 2011.

O que se depreende destes dados, em conjunto com o detalhamento das despesas econômicas, apresentado no gráfico 20, é que houve um incremento de despesas com serviços de terceiros (principalmente, em virtude da Operação Delegada⁴), mas isso não explica a grande inversão entre as subfunções policiamento e administração geral. Tal fato parece ser devido à mudança de contabilização dos gastos que vem sendo retirados do policiamento para administração. Este ponto merece atenção e revela a importância de critérios mais claros e padronizados de contabilização na segurança pública.

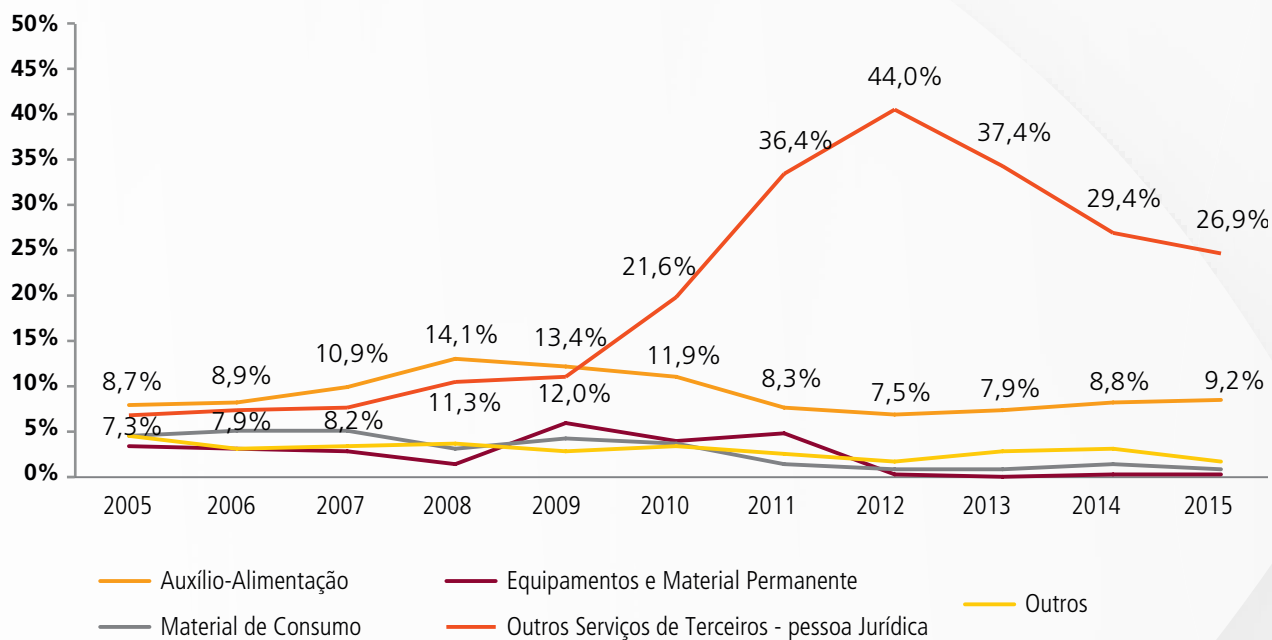
4. A operação delegada foi criada por meio da lei n. 14.977, de 11 de setembro de 2009 e consiste em um convênio entre a prefeitura de São Paulo e as Polícias Militar e Civil. No programa, policiais em horário de folga prestam serviços à prefeitura na fiscalização de ambulantes e recebem uma gratificação pelos serviços prestados. Em 2011 o programa foi expandido para todo o Estado.

Gráfico 23: Percentual de despesa das subfunções da função segurança pública, por ano, no município de São Paulo (em R\$ de 2015).



Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 24: Percentual de elementos da despesa da função segurança pública (descontados vencimentos e vantagens), no município de São Paulo (em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A tabela 6 apresenta o resumo das despesas na classificação programática no município de São Paulo. Como é possível perceber, há bastante variação e descontinuidade programática ao longo do período, associadas às alterações de mandato político entre 2005 e 2015. Assim como no Ceará, a programação mais contínua e crescente é o suporte administrativo, que abriga, principalmente, as despesas com vencimentos, serviços de terceiros e custos gerais com as administrações das

unidades (inclusive com reformas e manutenções das instalações). Estes valores passam de uma média de 5,1%, entre 2005 e 2008, para 24,1%, entre 2009 e 2011 e, por fim, para 64%, entre 2012 e 2015. Conforme destacado em relação aos elementos da despesa e nos projetos atividade, o programa Suporte Administrativo passou, ao longo do tempo, a concentrar a maior parte dos gastos, centralizando os gastos das diversas unidades da SMSU.

Tabela 6: Despesas empenhadas por programas, na função segurança pública, no município de São Paulo (em R\$ de 2015)

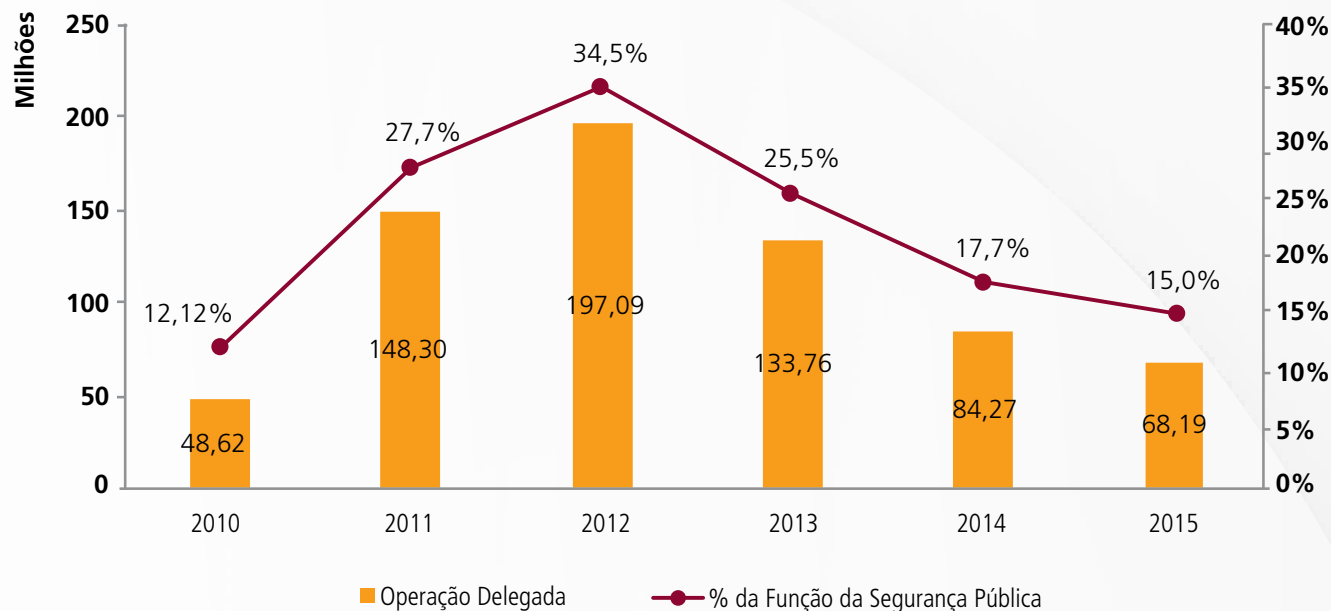
Programas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Suporte Administrativo	7%	5%	4%	4%	27%	26%	20%	55%	60%	68%	73%
Prevenção e Proteção às Vítimas da Violência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25%	21%
Modernização e descent. da gestão e prest. de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7%	6%
Ampliação da proteção ao cidadão	-	-	-	-	-	65%	75%	39%	32%	-	-
Defesa Civil - Prevenção e Emergência	11%	11%	10%	9%	9%	8%	5%	5%	6%	-	-
Informatização	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Policciamento Civil	82%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proteção Cidadã	-	84%	85%	87%	64%	-	-	-	-	-	-
Sistema de Informação e Processamento de Dados	-	0%	-	-	-	1%	0%	1%	2%	-	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Outros dois programas que chamam a atenção, a partir de 2010, são o “Ampliação de Proteção ao Cidadão” e o “Prevenção e Proteção às Vítimas da Violência”. Eles, somados ao “Suporte Administrativo”, correspondem a mais de 90% dos gastos da função segurança pública, a partir de 2010. Estes programas compreendem as despesas da Operação Delegada, convênio entre a Prefeitura de São Paulo e o Governo do Estado de São Paulo, para que agentes da Polícia Militar e da Polícia Civil reforcem o policiamento municipal durante suas folgas (principalmente em ações de combate ao comércio ilegal)⁵.

O gráfico 25 aponta que esta operação ganhou importância nas políticas de segurança pública do município, chegando a representar 34,5% dos gastos da função em 2012 com valor superior a R\$ 197 milhões neste ano. O gráfico deixa evidente que esta ação tem representado um importante viés na segurança municipal, mas, como ela se trata de um convênio com as polícias estaduais, é possível argumentar que este acréscimo orçamentário se traduz em um crescimento de ações policiais, mantendo a lógica de policiamento estadual como predominante.

Gráfico 25: Operação Delegada – despesas empenhadas e percentual da função segurança pública, no município de São Paulo (em R\$ de 2015)



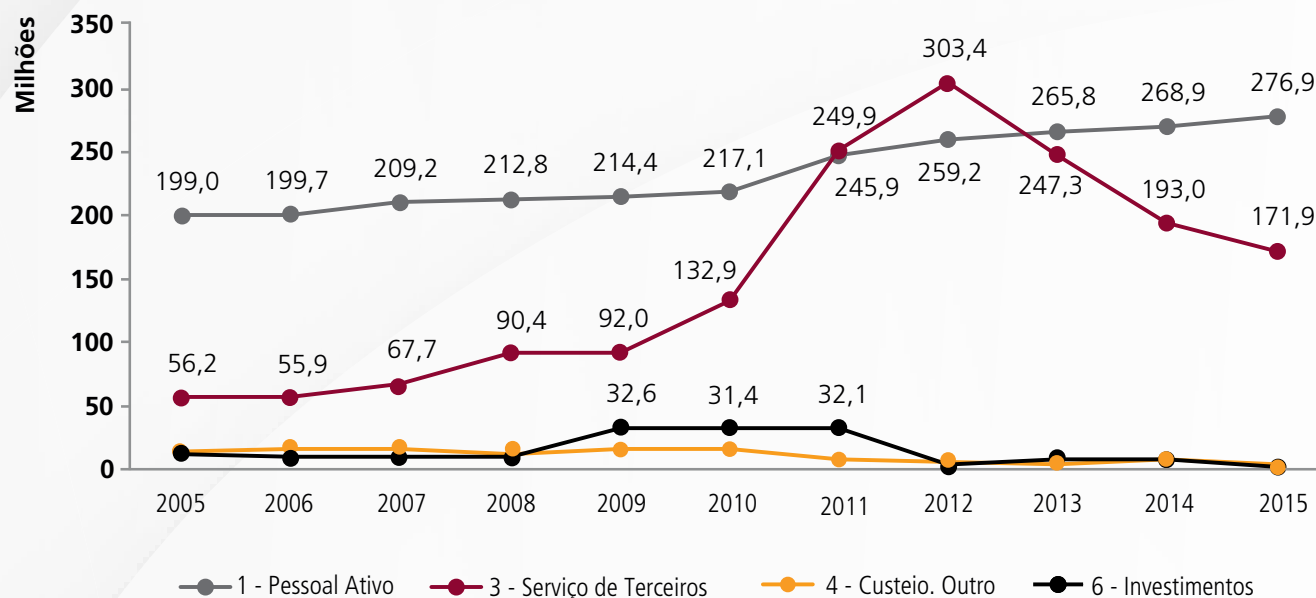
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

5. http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/seguranca_urbana/operacao_delegada/index.php?p=179851

Em relação às categorias econômicas das despesas, na função segurança pública, o gráfico 25 aponta que, para todo o período, o item “Serviços com Terceiros” apresentou crescimento, passando de R\$ 56 milhões para R\$ 172 milhões, isto é, 20% da despesa, em 2005, para 38%, em 2015, tendo um pico de R\$ 303 milhões, em 2012, que representou mais da metade da despesa com segurança pública. Por mais que tal crescimento se

dê em todos os anos, indica-se que é a partir de 2010 que este item ganha mais relevância. Este fato se deve à Operação Delegada, uma vez que ela é classificada como serviço de terceiros. Já o item “Pessoal ativo” é o que possui mais representatividade, apresentando uma média de quase 60% em todo o período, mostrando que os gastos com pessoal são os principais da função segurança pública.

Gráfico 26: Despesa empenhada na função segurança pública, por categoria econômica, no município de São Paulo (em R\$ de 2015)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da SF / Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Outra questão interessante se refere aos contratos, convênios e parcerias que a prefeitura pode realizar, sendo, na questão da segurança pública, ações ligadas à segurança privada, contratadas para prestar serviços em diversos órgãos e unidades. Esta questão é importante, pois, atualmente, estes gastos são computados como “Serviços de

Terceiros” pelo órgão que faz tal contrato (por exemplo, se a Secretaria Municipal de Educação contrata uma empresa para fazer a segurança patrimonial de escolas, tal gasto será declarado como “Serviços de Terceiros” dentro da Função Educação). A tabela 7, abaixo, apresenta análise desses contratos no ano de 2015.

Tabela 7: Contratos não contabilizados na função segurança pública (em R\$ de 2015)

ÓRGÃO	Qtd. Contratos	Valor total	% Tot. Contratos	% func. Segurança Pública em 2015 (R\$454,5 mi)
EDUCAÇÃO	43	209.657.851,42	26,3%	46,1%
VERDE E MEIO AMBIENTE	50	180.671.445,29	22,6%	39,7%
TOTAL SAÚDE	80	162.332.869,51	20,3%	35,7%
AUTARQUIA HOSPITALAR MUNICIPAL	9	56.887.224,90		
HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL	2	7.444.536,60		
SAÚDE	69	98.001.108,01		
COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRAFEGO	2	50.934.545,64	6,4%	11,2%
ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO	9	44.752.345,84	5,6%	9,8%
SÃO PAULO TURISMO	9	23.767.593,75	3,0%	5,2%
COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS	4	22.408.093,84	2,8%	4,9%
CULTURA	11	21.500.988,29	2,7%	4,7%
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	12	11.340.313,25	1,4%	2,5%
OUTROS	78	71.184.225,45	8,9%	15,7%
TOTAL	298	798.550.272,28	100%	176%
Total da Função Segurança Pública + Contratos		1.253.090.003,33		276%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em 2015, houve a assinatura de quase 300 contratos envolvendo segurança pública (guarda e vigilância) que, somados, corresponderam a um valor total de quase R\$ 800 milhões. Quando comparado tal valor com as despesas empenhadas em 2015 na função segurança pública (aproximadamente R\$ 450 milhões), é possível apontar que estes equivalem a 176% destes gastos. E, somados

os valores da função segurança pública com os valores dos contratos, tem-se uma destinação total de recursos para segurança que supera R\$ 1,2 bilhão, ou seja, um valor que equivale a 276% do valor declarado pelo município, em 2015, para a área. Além disto, verifica-se, também, que nos objetos destes contratos nenhum deles se refere à Operação Delegada.

Assim, aponta-se a relevância desta questão e a importância da existência de um padrão orçamentário e contábil para a segurança pública. Se estes gastos forem considerados como pertencentes à função segurança pública, as despesas são muito maiores do que aparentam, fato que coloca o questionamento sobre os motivos pelos quais não são computados na função e por que o Executivo prefere terceirizar tais funções, sem deixar claro a

quem elas estão vinculadas. No mesmo sentido, é de se questionar a distribuição do efetivo da Guarda Civil nos equipamentos públicos e a necessidade de tantos contratos de vigilância privada, especialmente em equipamentos escolares, cujos usuários são crianças e adolescentes, público mais vulnerável à violência e com o qual a Guarda Civil Metropolitana poderia desenvolver um trabalho de prevenção e aproximação.

2.3. Caracterização da despesa com pessoal ativo e inativo do Município de São Paulo

A quantidade total de servidores da Prefeitura de São Paulo vem crescendo ano a ano, considerando o período de 2009 a 2015, como apontado na Tabela 8. A análise do período indica que o número de servidores ativos caiu 2%. Por outro lado, o número de servidores inativos segue crescendo desde 2009 em maior quantidade e velocidade, se comparado ao número de servidores ativos. O número de servidores inativos⁶ cresceu, em média, 5,3% ao ano, de 2009 a 2013, partindo de 48 mil para 59 mil servidores ativos. Nos anos de 2014 e 2015, os percentuais de crescimento foram maiores, chegando a 6,6% e 7,3%, respectivamente. Com uma taxa média de crescimento de 5,9% ao ano, o número de servidores inativos registrou um aumento de 41% no período de 2009 a 2015, passando de 48 mil para 67 mil servidores. Por fim, pode-se apontar que o número total de servidores passou de 186,7 mil para 202,8 mil servidores, representando um aumento de 8,6%. A proporção de servidores inativos em relação ao número total de servidores também aumentou, passando de 25,7% para 33,3%.

A despesa de pessoal da Prefeitura de São Paulo com servidores ativos, conforme tabela 9, cresceu 14% de 2009 a 2015. Vale ressaltar que, no ano de 2015, a despesa com servidores ativos registrou uma queda de 5,8%, único valor negativo de toda a série. Em contraponto à despesa com servidores ativos, a despesa com inativos registrou apenas valores positivos de crescimento, cerca de 10% ao ano de 2009 a 2014, com destaque para o ano de 2013, que atingiu um percentual de 13,1%, significando um gasto de R\$ 4,7 bilhões. Assim como observado em relação aos servidores ativos, a despesa com servidores inativos também apresentou o menor percentual de variação no ano de 2015, apenas 0,8% de aumento em relação ao ano anterior. No total, a despesa de pessoal com servidores inativos cresceu 64,1% e, no que se refere à representatividade dos grupos de servidores ativos e inativos em relação ao total, também se nota um crescimento da proporção de servidores inativos, passando de 30,6% em 2009 para 38,8% em 2015.

6. Neste caso, estão considerados apenas os servidores aposentados, excluindo-se, portanto, os pensionistas.

Tabela 8: Quantidade de servidores no município de São Paulo, por situação de servidor

Situação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	% 15-09
Ativo	138.730	142.966	144.062	141.649	139.029	137.040	135.373	-2,4%
Inativo	48.015	50.556	53.322	55.900	58.986	62.853	67.470	40,5%
Total	186.745	193.522	197.384	197.549	198.015	199.893	202.843	8,6%
% ativo/total	74,3%	73,9%	73,0%	71,7%	70,2%	68,6%	66,7%	-
% inativo/total	25,7%	26,1%	27,0%	28,3%	29,8%	31,4%	33,3%	-

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Tabela 9: Despesa de pessoal do município de São Paulo, por situação do servidor (em R\$ de 2015) (IPCA)

Situação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	% 15-09
Ativo	7.302.538.830	7.922.384.442	8.312.003.768	8.581.418.185	8.737.021.005	8.838.801.424	8.323.703.622	14,0%
Inativo	3.222.281.150	3.505.689.645	3.762.783.181	4.158.155.737	4.703.291.691	5.245.085.275	5.286.712.824	64,1%
Total	10.524.819.980	11.428.074.087	12.074.786.948	12.739.573.922	13.440.312.697	14.083.886.699	13.610.416.446	29,3%
% ativo/tot.	69,4%	69,3%	68,8%	67,4%	65,0%	62,8%	61,2%	
% inat./tot.	30,6%	30,7%	31,2%	32,6%	35,0%	37,2%	38,8%	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

É importante destacar que, em comparação com o Estado do Ceará, o município de São Paulo possui uma estrutura de segurança pública muito mais simples, a qual é representada pela SMSU, órgão a qual a GCM está vinculada. A despesa de pessoal da GCM, conforme

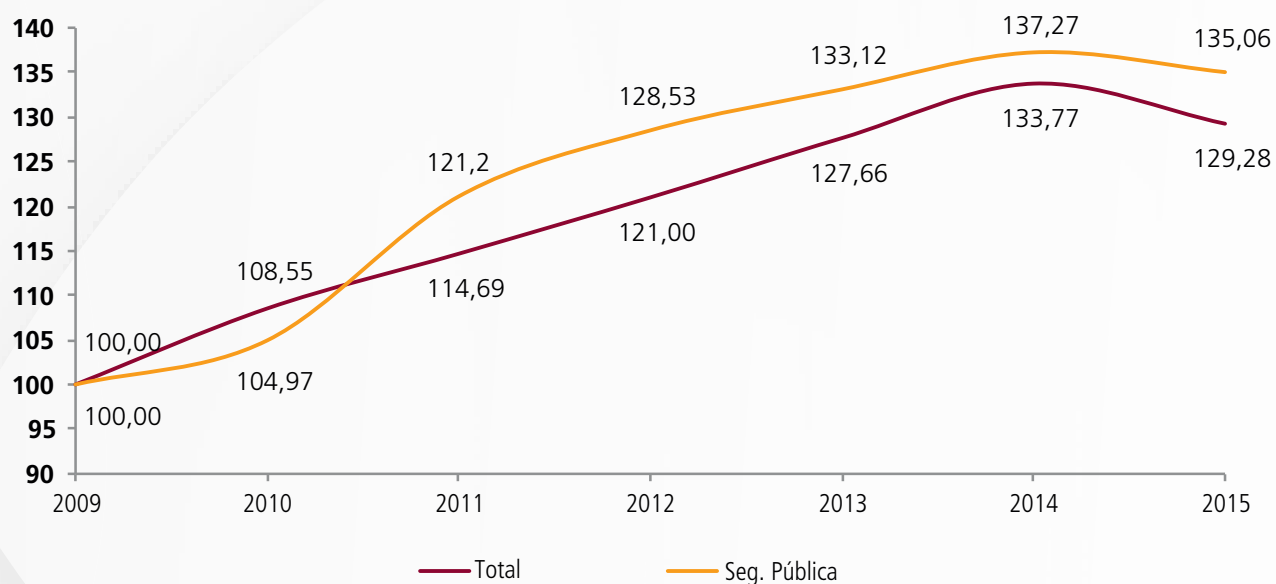
Tabela 10, cresceu 35,1% no período de 2009 a 2014, passando de R\$ 212 milhões, para R\$ 286 milhões. O maior percentual de variação observado para os servidores ativos foi no ano de 2011, em que atingiu 14,9% de aumento em relação ao ano anterior. A despesa total

Tabela 10: Despesa de pessoal da prefeitura do município de São Paulo com a Guarda Civil Metropolitana, por situação do servidor (em R\$ de 2015) (IPCA)

Situação	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	% 15-09
Ativo	208.175.702	217.755.322	250.206.624	262.625.760	268.811.280	274.915.980	268.524.042	29,0%
Inativo	3.507.081	4.437.692	6.175.600	9.438.752	12.976.158	15.665.937	17.375.741	395,4%
Total	211.682.782	222.193.014	256.382.224	272.064.512	281.787.438	290.581.917	285.899.784	35,1%
% ativo/total	98,3%	98,0%	97,6%	96,5%	95,4%	94,6%	93,9%	
% inativo/total	1,7%	2,0%	2,4%	3,5%	4,6%	5,4%	6,1%	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Gráfico 27: Comparação da evolução da despesa de pessoal total versus despesa de pessoal da Guarda Civil Metropolitana do município de São Paulo (base 100)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Pref. de São Paulo; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

com servidores ativos variou 29% de 2009 a 2015, o que significou passar de R\$ 208 milhões para R\$ 268 milhões ao final da série. Já a despesa com servidores inativos aumentou expressivamente, de R\$ 3,5 milhões em 2004 para R\$ 17,4 milhões em 2015, ou seja, a despesa cresceu 395,4% no período.

No ano de 2012, a despesa com servidores inativos registrou um aumento de 52,8%, o maior percentual da sé-

rie. Outro dado a ser destacado é que, a partir de 2011, a despesa de pessoal com servidores da GCM cresceu mais do que a despesa de pessoal total, como nos mostra o Gráfico 27. Enquanto a despesa de pessoal total cresceu 29,3% no período, a despesa de pessoal com servidores da Guarda Civil Metropolitana aumentou 35,1%. Ainda pode-se apontar que a despesa de pessoal com servidores da Guarda Civil Metropolitana representou, em média, 2% da despesa de pessoal total no período analisado.

2.4 Desenho organizacional e de governança da segurança pública no município de São Paulo

A Secretaria Municipal de Segurança Urbana (SMSU) é o órgão responsável pela segurança pública no município de São Paulo. A instituição iniciou suas atividades em 2002 e, em 2005, suas atribuições e unidades administrativas foram transferidas para a Secretaria do Governo Municipal (SGM), realizadas pela Coordenadoria de Segurança Pública (CSP), sem que ocorressem perdas estruturais. Em 2009, houve a reorganização da SMSU (recebendo as atribuições e unidades administrativas da CSP, voltando, assim, ao status de secretaria), mantida até os dias de hoje.

Conforme consta em seu site, a SMSU tem o intuito “de estabelecer políticas públicas de proteção dos bens municipais e de combate à criminalidade, bem como estabelecer programas e projetos comunitários que assegurem a população de São Paulo”. Tais ações são desenvolvidas pelas unidades, como a Guarda Civil Metropolitana (GCM) e a Junta do Serviço Militar, e por meio de ações, como Casas de Mediação, Pessoas Desaparecidas, Braços Abertos,

Campanha do Desarmamento e Guardiã Maria da Penha.

Em relação às atribuições, a SMSU é a responsável pela elaboração do Plano Municipal de Segurança e pela definição das políticas e diretrizes relacionadas à segurança urbana, buscando proteger os bens e agentes municipais, prevenir a criminalidade e diminuir a violência, por criar relações com os órgãos dos demais entes federativos (inclusive propondo as prioridades nas ações preventivas e ostensivas realizadas por outros) e com as políticas sociais do município, auxiliar na mediação de conflitos, promover o respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, auxiliar nas estratégias e prioridades do policiamento e fiscalização do trânsito, receber denúncias de vandalismo, auxiliar na análise de dados sobre segurança, entre outros.

E, dentro da estrutura da secretaria, a unidade de maior destaque é a GCM. Criada em 1986, (ficando, até 2002, na estrutura da SGM), sob o lema “Amiga,

Protetora e Aliada” e, segundo os documentos internos, baseia-se na filosofia de proteção “Comunitária, Moderna e Preventiva”. Atuando em toda a cidade de São Paulo, as principais atividades desenvolvidas se referem aos seguintes programas: “Proteção Escolar”, “Controle do Público”, “Proteção Ambiental”, “Proteção aos Agentes Públicos”, “Proteção ao Patrimô-

nio Público” e “Proteção às pessoas em situação de risco”. Além disto, a GCM também atua em conjunto com outros órgãos e entidades relacionados à segurança pública e urbana dos demais entes federativos.

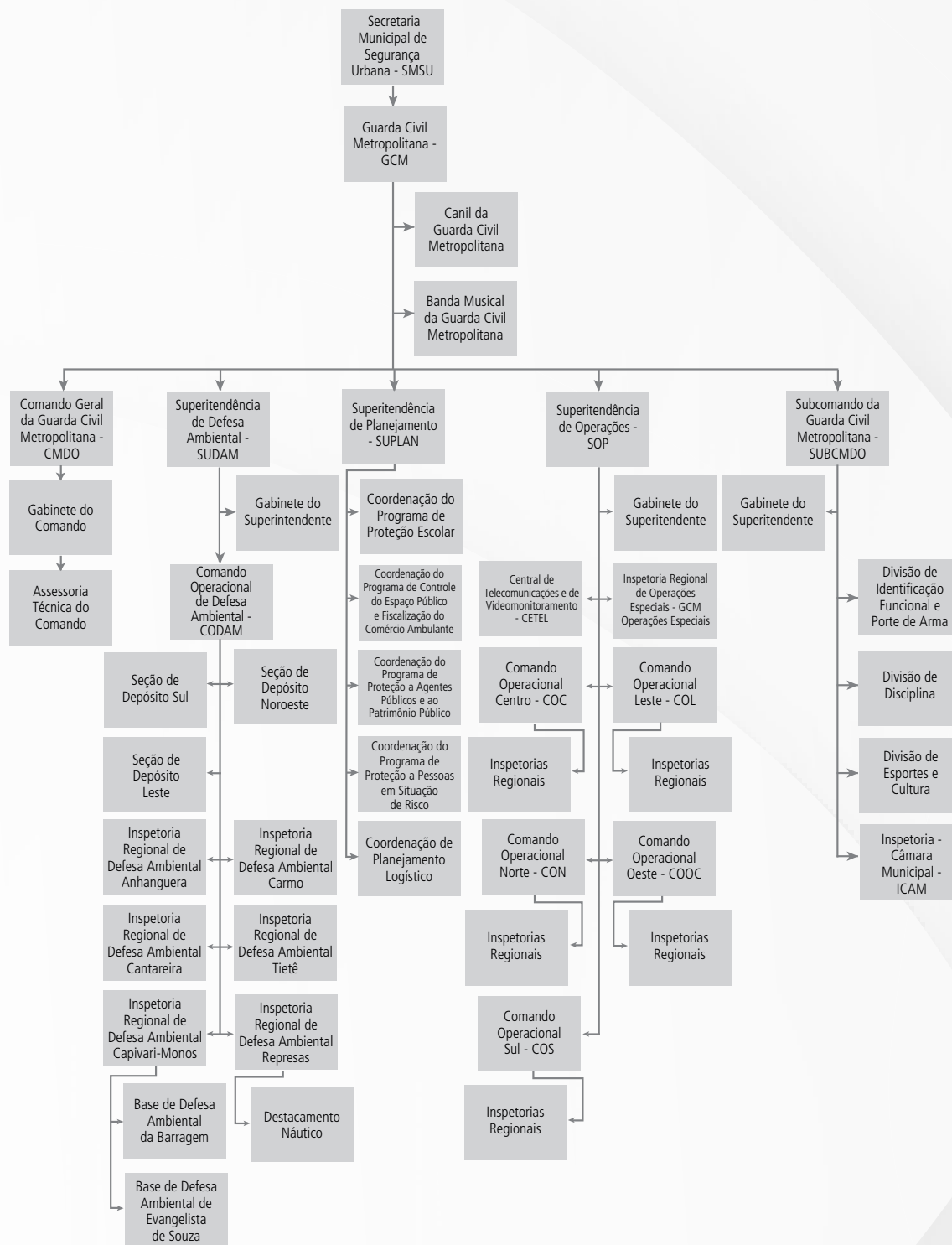
Podemos observar, nos diagramas 3 e 4, abaixo, os organogramas da SMSU e da GCM.

Diagrama 3: Organograma da SMSU



Fonte: Dados disponibilizados pela SMSU, 2016.

Diagrama 4: Organograma da SMSU



3. Proposta de tipologia de classificação contábil que permita padronizar gastos passíveis de serem lançados como despesas com “segurança pública”

3.1. Padronização de critérios contábeis

Conforme discutido em trabalhos anteriores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a ausência de padronização na contabilização de gastos na função Segurança Pública pelas diferentes unidades da federação gera dificuldade de análise e comparabilidade dessa despesa¹. Na presente Nota Técnica foi pontuado, tanto no caso das despesas do Estado do Ceará quanto do Município de São Paulo, a dificuldade em analisar as oscilações dos gastos nas subfunções e, mais ainda, a descontinuidade programática da Segurança Pública. A alteração de padrão de contabilização ficou evidente no caso de São Paulo com a alteração entre as subfunções Administração e Policiamento, a partir de 2009.

Em função disso, consideramos importante o debate e desenvolvimento de critérios para contabilização em cada uma das subfunções da Segurança Pública, no âmbito Municipal e Estadual. Além da mudança de critério de contabilização, é fundamental definir que tipos de despesa podem ser consideradas como gasto em Segurança Pública. Isto porque, no âmbito da esfera local, existem diferentes

tipos de despesa com impacto positivo para a prevenção da violência nas cidades e que não são contabilizadas de forma a permitir sua evidenciação, como por exemplo a iluminação pública, a manutenção adequada de espaços urbanos e outras ações que tornam o espaço urbano mais humanizado, acolhedor e, por consequência, reduzem a sensação de insegurança da população. Além destas despesas, destaque-se ainda a grande quantidade de contratos terceirizados de segurança nas áreas de educação, saúde e outras, que são contabilizadas em outras funções, mas impactam a segurança das cidades.

Outra questão importante a ser evidenciada diz respeito ao detalhamento dos gastos com policiamento, sejam estes referentes à Polícia Civil e Militar, ou outras nos estados, Guardas Civis nos municípios ou outros contingentes policiais, que permita identificar facilmente a quantidade de pessoas, a localização destes contingentes e o volume de gastos com salários, aposentadorias e benefícios. Com essas informações é possível referenciar territorialmente como e onde se gasta cada unidade da federação.

1. Para esta questão veja Nota Técnica do FBSP 2011 e relatório do TCU 2016.

Em função disto nos parece interessante desenvolver um Demonstrativo de Gasto Anual em Segurança Pública, que possa ser discutido nacional ou regionalmente, com proposta de padronização municipal e estadual, que evidencie esses pontos destacados. Como sugestão, apresentamos a Tabela 11 abaixo, com um possível detalhamento do demonstrativo².

Para que o demonstrativo possa ser desenvolvido de forma a permitir uma análise detalhada e comparada de gastos, é preciso decidir o que pode ser considerado dentro da função Segurança Pública em acordo prévio por uma comissão formada por representação de estados e municípios.

Tabela 11: Exemplo de estrutura de demonstrativo anual da despesa empenhada em segurança pública, por distrito

	Distrito 1	Distrito 2	...	Distrito N
Função				
Subfunção				
Programa				
Projeto / Atividade				
Natureza da Despesa				
Órgão				
Fonte				
Total Geral da Despesa				

2. Para uma visão do tipo de relatório proposto, acesse: <http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/uploads/2012/EducacaoDetalhamento25.pdf>.

3.2. Indicadores para controle dos gastos e análise de efeito.

Acreditamos que a evidenciação do tipo de gasto que um município ou estado realiza no âmbito da função segurança pública, e suas subfunções, pode ajudar a compreender as escolhas de políticas públicas e futuramente, ao associar esses gastos a produtos e efeitos, em diferentes situações e territórios pode ser possível melhor analisar que escolhas levam a resultados de maior efeito e impacto.

Dentre as relações de despesa que acreditamos serem importantes acompanhar e que podem passar a integrar relatórios específicos ou mesmo parte do Demonstrativo Anual da Despesa Empenhada em Segurança Pública, estão:

- Percentual da Despesa com Segurança Pública sobre a Rec. Corrente Líquida:

Esta relação permite perceber em cada localidade se o gasto com segurança pública está crescendo em relação ao total de receitas, indicando a priorização ou não dessa função frente às demais.

- Percentual da Despesa com a Subfunção Policiamento sobre o Total da Função Segurança:

Esse indicador permite destacar o peso da atividade de policiamento em relação a outras, como atividades administrativas e de defesa civil. Com isto percebe-se a dimensão do contingente policial no total de gastos, seja por uma questão quantitativa (número de policiais) ou pelo peso dos salários, ou ainda, pelo valor de contratos de terceirização (se for o caso).

- Percentual da Despesa de Pessoal de Segurança Pública sobre a Despesa Total com Segurança Pública:

Este percentual complementa as informações do indicador anterior, pois nos traz uma informação específica de despesa de pessoal.

- Número de policiais, guardas civis ou outros sobre a Despesa de Pessoal de Segurança Pública:

Este indicador também complementa as informações dos anteriores.

- Número de Inativos sobre Número de Ativos na Segurança Pública +

- Despesa com Pessoal Inativo sobre a Despesa com Pessoal Ativo na Segurança Pública +

- Despesa com Pessoal Inativo sobre a Receita Previdenciária relativa à Segurança Pública.

Este conjunto de indicadores é importante para uma análise longitudinal sobre a sustentabilidade financeira dos gastos previdenciários, especificamente na Segurança Pública.

Anexo 1

Projeção Atuarial – Avaliação da Situação Financeira | Ceará – Estado¹

PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO FINANCEIRO - FUNDO FUNAPREV
2017

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c)
2015	1.190.471.434	2.203.713.955	(1.013.242.521)	(1.013.242.521)
2016	1.104.741.997	2.342.229.041	(1.237.487.045)	(2.250.729.565)
2017	1.071.814.512	2.570.003.476	(1.498.188.964)	(3.748.918.530)
2018	1.011.431.305	2.898.441.045	(1.887.009.740)	(5.635.928.269)
2019	942.020.003	3.252.684.597	(2.310.663.994)	(7.946.592.263)
2020	879.023.090	3.551.987.730	(2.672.964.640)	(10.619.556.903)
2021	855.553.633	3.634.919.213	(2.779.365.580)	(13.398.922.483)
2022	829.158.899	3.723.611.642	(2.894.452.743)	(16.293.375.227)
2023	805.333.355	3.788.610.210	(2.983.276.855)	(19.276.652.082)
2024	783.531.756	3.818.622.369	(3.033.290.613)	(22.309.942.695)
2025	761.439.713	3.819.787.233	(3.058.347.521)	(25.368.290.216)
2026	739.242.649	3.812.907.135	(3.073.664.487)	(28.441.954.702)
2027	716.351.412	3.801.394.876	(3.085.043.464)	(31.526.998.166)
2028	693.764.772	3.775.035.136	(3.081.270.364)	(34.608.268.530)
2029	671.367.050	3.741.020.424	(3.069.653.375)	(37.677.921.904)
2030	650.480.291	3.691.314.450	(3.040.834.159)	(40.718.756.063)
2031	629.143.151	3.636.811.835	(3.007.668.684)	(43.726.424.747)
2032	606.628.224	3.581.664.477	(2.975.036.253)	(46.701.461.000)
2033	581.593.702	3.527.547.763	(2.945.954.061)	(49.647.415.061)
2034	557.465.781	3.463.334.366	(2.905.868.585)	(52.553.283.646)
2035	532.458.906	3.397.648.417	(2.865.189.511)	(55.418.473.157)
2036	507.028.073	3.329.187.705	(2.822.161.632)	(58.240.634.789)
2037	480.687.135	3.263.361.803	(2.782.674.668)	(61.023.309.456)
2038	456.206.525	3.184.735.862	(2.728.529.337)	(63.751.838.793)
2039	432.311.641	3.101.041.768	(2.668.730.128)	(66.420.568.921)
2040	409.647.930	3.008.390.425	(2.598.742.495)	(69.019.311.416)
2041	388.037.488	2.910.449.030	(2.522.411.544)	(71.541.722.959)
2042	367.835.791	2.806.494.049	(2.438.658.258)	(73.980.381.217)
2043	349.319.788	2.694.439.607	(2.345.119.819)	(76.325.501.036)
2044	331.685.859	2.579.101.427	(2.247.415.569)	(78.572.916.605)
2045	314.688.472	2.460.434.532	(2.145.746.060)	(80.718.662.665)
2046	297.957.890	2.341.915.533	(2.043.957.642)	(82.762.620.308)
2047	282.781.487	2.218.792.829	(1.936.011.342)	(84.698.631.850)
2048	268.030.740	2.096.373.566	(1.828.342.826)	(86.526.974.476)
2049	253.680.834	1.975.356.373	(1.721.675.539)	(88.248.650.015)
2050	239.729.772	1.856.425.843	(1.616.696.071)	(89.865.346.086)
2051	225.930.439	1.741.016.664	(1.515.086.225)	(91.380.432.311)
2052	212.603.199	1.628.420.077	(1.415.816.878)	(92.796.249.189)
2053	199.599.834	1.519.549.100	(1.319.949.266)	(94.116.198.456)
2054	186.894.805	1.414.796.713	(1.227.902.108)	(95.344.100.564)
2055	174.574.441	1.314.119.738	(1.139.545.297)	(96.483.645.860)
2056	162.578.127	1.217.897.277	(1.055.319.150)	(97.538.965.010)
2057	150.941.387	1.126.145.507	(975.204.120)	(98.514.169.131)
2058	139.096.969	1.038.857.905	(899.160.936)	(99.413.330.067)
2059	128.873.080	955.998.030	(827.124.950)	(100.240.455.017)
2060	118.493.887	877.509.302	(759.015.415)	(100.999.470.431)
2061	108.578.214	803.308.185	(694.729.971)	(101.694.200.402)
2062	99.140.516	733.293.440	(634.152.924)	(102.328.353.326)
2063	90.190.344	667.348.761	(577.158.417)	(102.905.511.744)
2064	81.733.606	605.355.716	(523.622.210)	(103.429.133.954)
2065	73.772.604	547.201.572	(473.428.967)	(103.902.562.921)
2066	66.306.827	492.775.360	(426.468.533)	(104.329.031.454)
2067	59.331.569	441.961.491	(382.629.922)	(104.711.661.377)
2068	52.839.286	394.644.759	(341.805.473)	(105.053.466.849)
2069	46.819.672	350.710.959	(303.891.286)	(105.357.358.136)
2070	41.260.333	310.048.202	(268.787.870)	(105.626.146.005)
2071	36.147.603	272.548.240	(236.400.636)	(105.862.546.642)
2072	31.466.954	238.106.219	(206.639.265)	(106.069.185.906)
2073	27.203.033	206.619.252	(179.416.219)	(106.248.602.125)
2074	23.339.618	177.983.580	(154.643.963)	(106.403.246.088)
2075	19.859.646	152.091.199	(132.231.552)	(106.535.477.640)
2076	16.745.467	128.829.549	(112.084.083)	(106.647.561.722)
2077	13.979.048	108.081.971	(94.102.923)	(106.741.664.845)
2078	11.541.734	89.725.600	(78.183.865)	(106.819.848.511)
2079	9.414.326	73.631.692	(64.217.366)	(106.884.065.877)
2080	7.577.192	59.666.444	(52.089.252)	(106.936.155.129)
2081	6.009.895	47.688.368	(41.678.473)	(106.977.833.602)
2082	4.690.916	37.546.800	(32.855.883)	(107.010.689.485)
2083	3.597.726	29.083.222	(25.485.495)	(107.036.174.980)
2084	2.707.192	22.133.927	(19.426.735)	(107.055.601.715)
2085	1.995.910	16.531.802	(14.535.891)	(107.070.137.606)
2086	1.440.116	12.106.099	(10.665.982)	(107.080.803.589)
2087	1.015.725	8.683.408	(7.667.683)	(107.088.471.272)
2088	699.219	6.093.741	(5.394.522)	(107.093.865.794)
2089	469.049	4.179.796	(3.710.747)	(107.097.576.540)
2090	306.253	2.801.170	(2.494.917)	(107.100.071.457)
2091	194.352	1.833.917	(1.639.565)	(107.101.711.022)

1. <http://www.seplag.ce.gov.br/images/stories/Planejamento/LDO/2017/Anexo%20II%20Metas%20Fiscais%202017.pdf>

PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO PREVID
2017

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c)
2015	80.323.717	-	80.323.717	80.323.717
2016	81.572.885	523.908	81.048.977	161.372.694
2017	100.151.799	1.091.944	99.059.855	260.432.550
2018	136.917.222	1.766.461	135.150.761	395.583.310
2019	193.162.193	2.610.185	190.552.008	586.135.318
2020	260.795.341	3.637.207	257.158.135	843.293.453
2021	327.663.720	4.840.974	322.822.746	1.166.116.199
2022	371.244.296	6.263.282	364.981.013	1.531.097.212
2023	420.082.345	7.909.691	412.172.654	1.943.269.867
2024	468.028.055	11.336.922	456.691.133	2.399.961.000
2025	515.879.713	14.459.194	501.420.519	2.901.381.519
2026	564.097.013	18.917.698	545.179.315	3.446.560.834
2027	613.897.328	23.071.643	590.825.685	4.037.386.519
2028	665.207.307	27.344.641	637.862.667	4.675.249.186
2029	717.292.589	34.577.425	682.715.161	5.357.964.347
2030	770.890.442	42.004.295	728.886.146	6.086.850.493
2031	823.386.944	53.168.973	770.217.971	6.857.068.464
2032	877.978.944	64.748.439	813.230.505	7.670.298.969
2033	934.787.607	75.833.096	858.954.511	8.529.253.480
2034	993.875.987	88.688.902	905.187.086	9.434.440.566
2035	1.054.112.791	101.968.637	952.144.154	10.386.584.720
2036	1.114.316.320	121.169.517	993.146.803	11.379.731.523
2037	1.176.677.328	144.028.107	1.032.649.221	12.412.380.744
2038	1.241.275.837	166.106.962	1.075.168.875	13.487.549.619
2039	1.306.057.448	188.388.966	1.117.668.482	14.605.218.101
2040	1.371.336.126	211.747.350	1.159.588.776	15.764.806.877
2041	1.435.439.024	240.467.355	1.194.971.670	16.959.778.547
2042	1.500.055.403	270.987.469	1.229.067.934	18.188.846.480
2043	1.563.476.537	305.428.124	1.258.048.414	19.446.894.894
2044	1.625.412.093	346.649.432	1.278.762.661	20.725.657.555
2045	1.678.712.480	412.385.992	1.266.326.488	21.991.984.043
2046	1.746.431.765	450.065.655	1.296.366.110	23.288.350.153
2047	1.807.634.365	492.215.276	1.315.419.089	24.603.769.241
2048	1.862.706.666	552.262.529	1.310.444.136	25.914.213.378
2049	1.922.347.285	611.450.009	1.310.897.277	27.225.110.654
2050	1.979.602.327	674.380.532	1.305.221.795	28.530.332.449
2051	2.041.396.453	726.578.652	1.314.817.801	29.845.150.250
2052	2.098.468.205	786.776.699	1.311.691.506	31.156.841.756
2053	2.153.342.285	855.690.108	1.297.652.177	32.454.493.933
2054	2.206.586.703	932.453.294	1.274.133.409	33.728.627.342
2055	2.259.350.368	1.011.174.817	1.248.175.549	34.976.802.891
2056	2.304.493.735	1.103.929.485	1.200.564.250	36.177.367.141
2057	2.346.243.687	1.207.118.005	1.139.125.682	37.316.492.823
2058	2.386.745.302	1.308.733.668	1.078.011.634	38.394.504.457
2059	2.423.458.964	1.410.413.749	1.013.045.215	39.407.549.671
2060	2.467.083.267	1.487.043.432	980.039.835	40.387.589.506
2061	2.512.702.103	1.546.714.191	965.987.913	41.353.577.419
2062	2.554.717.832	1.606.101.329	948.616.503	42.302.193.922
2063	2.600.912.776	1.652.187.738	948.725.038	43.250.918.960
2064	2.643.718.249	1.700.357.122	943.361.127	44.194.280.087
2065	2.690.114.971	1.738.207.345	951.907.626	45.146.187.713
2066	2.735.427.740	1.772.007.990	963.419.750	46.109.607.463
2067	2.779.949.749	1.806.802.771	973.146.977	47.082.754.440
2068	2.826.209.801	1.836.829.669	989.380.132	48.072.134.572
2069	2.869.779.680	1.870.041.318	999.738.362	49.071.872.934
2070	2.915.551.638	1.900.171.201	1.015.380.437	50.087.253.371
2071	2.955.250.758	1.944.474.652	1.010.776.106	51.098.029.478
2072	3.004.966.135	1.968.058.282	1.036.907.853	52.134.937.330
2073	3.053.546.126	1.984.209.108	1.069.337.018	53.204.274.349
2074	3.101.934.854	1.999.890.789	1.102.044.066	54.306.318.414
2075	3.154.233.807	2.007.549.796	1.146.684.011	55.453.002.426
2076	3.206.274.709	2.015.640.330	1.190.634.377	56.643.636.803
2077	3.261.829.423	2.019.502.496	1.242.326.927	57.885.963.730
2078	3.318.296.606	2.023.507.558	1.294.789.048	59.180.752.778
2079	3.376.427.305	2.028.780.433	1.347.646.872	60.528.399.650
2080	3.436.156.062	2.035.837.446	1.400.318.616	61.928.718.265
2081	3.499.086.278	2.040.770.683	1.458.315.613	63.387.033.878
2082	3.565.547.026	2.041.685.634	1.523.861.392	64.910.895.271
2083	3.635.259.289	2.038.846.285	1.596.413.004	66.507.308.275
2084	3.706.802.321	2.036.429.371	1.670.372.950	68.177.681.225
2085	3.784.507.182	2.026.313.816	1.758.193.366	69.935.874.591
2086	3.863.682.756	2.018.223.942	1.845.458.814	71.781.333.405
2087	3.950.135.223	2.001.947.659	1.948.187.564	73.729.520.969
2088	4.037.071.043	1.991.841.860	2.045.229.183	75.774.750.152
2089	4.126.881.129	1.989.612.807	2.137.268.321	77.912.018.473
2090	4.223.665.037	1.983.531.859	2.240.133.178	80.152.151.651
2091	4.324.034.139	1.977.898.142	2.346.135.997	82.498.287.649

Anexo 1

ANEXO DE METAS FISCAIS PROJEÇÃO ATUARIAL DO PLANO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO PREVMILITAR 2017

AMF – Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d exerc. Anterior + c)
2015	269.163.101,09	502.349.376,28	(233.186.275)	(233.186.275)
2016	287.338.850,10	545.007.205,76	(257.668.356)	(490.854.631)
2017	281.807.310,53	581.487.650,38	(299.680.340)	(790.534.971)
2018	277.353.421,64	626.565.969,73	(349.212.548)	(1.139.747.519)
2019	275.745.352,64	666.354.482,84	(390.609.130)	(1.530.356.649)
2020	271.265.510,86	712.954.309,93	(441.688.799)	(1.972.045.448)
2021	272.748.789,57	741.947.112,01	(469.198.342)	(2.441.243.791)
2022	265.984.503,66	787.750.725,49	(521.766.222)	(2.963.010.012)
2023	261.569.524,98	835.508.849,53	(573.939.325)	(3.536.949.337)
2024	266.664.101,04	857.140.340,56	(590.476.240)	(4.127.425.576)
2025	269.712.463,95	867.105.501,18	(597.393.037)	(4.724.818.614)
2026	263.203.785,77	892.339.275,35	(629.135.490)	(5.353.954.103)
2027	266.628.765,46	902.041.338,15	(635.412.573)	(5.989.366.676)
2028	268.192.968,84	909.803.861,68	(641.610.893)	(6.630.977.569)
2029	266.898.156,28	921.043.364,60	(654.145.208)	(7.285.122.777)
2030	269.302.463,26	925.307.281,00	(656.004.818)	(7.941.127.595)
2031	271.702.724,03	925.287.141,29	(653.584.417)	(8.594.712.012)
2032	273.931.752,60	923.148.942,49	(649.217.190)	(9.243.929.202)
2033	277.956.059,60	914.104.870,57	(636.148.811)	(9.880.078.013)
2034	277.681.631,86	913.688.898,55	(636.007.267)	(10.516.085.280)
2035	278.165.886,51	916.731.748,25	(638.565.862)	(11.154.651.141)
2036	276.491.978,09	928.463.454,65	(651.971.477)	(11.806.622.618)
2037	276.525.611,12	940.355.680,66	(663.830.070)	(12.470.452.687)
2038	273.133.246,99	962.403.189,10	(689.269.942)	(13.159.722.630)
2039	268.187.054,93	995.382.181,14	(727.195.126)	(13.886.917.756)
2040	266.452.431,00	1.025.283.273,59	(758.830.843)	(14.645.748.598)
2041	266.416.845,20	1.047.525.942,17	(781.109.097)	(15.426.857.695)
2042	265.720.368,08	1.065.629.216,19	(799.908.848)	(16.226.766.543)
2043	265.640.807,42	1.078.828.411,59	(813.178.604)	(17.039.945.148)
2044	268.879.521,62	1.079.615.842,26	(810.736.321)	(17.850.681.468)
2045	271.751.279,12	1.071.352.835,88	(799.601.557)	(18.650.283.025)
2046	273.497.770,39	1.061.837.066,24	(788.339.296)	(19.438.622.321)
2047	274.998.379,14	1.051.547.563,53	(776.549.184)	(20.215.171.505)
2048	277.822.909,47	1.037.115.324,41	(759.292.355)	(20.974.463.860)
2049	278.665.899,94	1.024.995.994,21	(746.330.094)	(21.720.793.954)
2050	277.661.093,43	1.019.213.359,94	(741.552.267)	(22.462.346.221)
2051	276.181.318,55	1.018.217.827,35	(742.036.509)	(23.204.382.730)
2052	274.814.046,78	1.019.479.534,90	(744.665.488)	(23.949.048.218)
2053	270.169.465,13	1.030.055.251,34	(759.885.786)	(24.708.934.004)
2054	270.469.416,24	1.033.678.811,47	(763.209.395)	(25.472.143.399)
2055	266.540.367,45	1.042.580.388,09	(776.040.021)	(26.248.183.420)
2056	266.432.811,46	1.045.897.996,51	(779.465.185)	(27.027.648.605)
2057	264.805.868,58	1.048.241.450,75	(783.435.582)	(27.811.084.187)
2058	262.970.039,15	1.051.147.432,42	(788.177.393)	(28.599.261.580)
2059	265.061.468,27	1.043.847.501,46	(778.786.033)	(29.378.047.614)
2060	262.807.748,21	1.041.978.240,30	(779.170.492)	(30.157.218.106)
2061	260.597.442,63	1.043.034.587,58	(782.437.145)	(30.939.655.251)
2062	265.658.146,26	1.026.869.396,91	(761.211.251)	(31.700.866.501)
2063	263.976.919,69	1.017.330.300,40	(753.353.381)	(32.454.219.882)
2064	265.916.025,13	1.004.391.901,57	(738.475.876)	(33.192.695.758)
2065	265.934.080,29	992.338.782,58	(726.404.702)	(33.919.100.461)
2066	265.880.308,30	982.185.279,99	(716.304.972)	(34.635.405.432)
2067	265.142.087,35	975.161.719,86	(710.019.633)	(35.345.425.065)
2068	266.165.227,14	965.946.455,21	(699.781.228)	(36.045.206.293)
2069	264.876.278,13	961.398.554,91	(696.522.277)	(36.741.728.570)
2070	261.181.587,43	966.060.171,04	(704.878.584)	(37.446.607.153)
2071	262.813.749,05	963.440.668,42	(700.626.919)	(38.147.234.073)
2072	259.596.428,49	968.450.372,48	(708.853.944)	(38.856.088.017)
2073	262.603.591,19	962.798.058,93	(700.194.468)	(39.556.282.485)
2074	263.616.185,43	955.516.476,87	(691.900.291)	(40.248.182.776)
2075	263.459.566,05	950.225.160,49	(686.765.594)	(40.934.948.370)
2076	266.512.251,20	938.490.255,52	(671.978.004)	(41.606.926.375)
2077	265.255.065,22	933.687.614,21	(668.432.549)	(42.275.358.924)
2078	267.712.219,86	924.226.507,21	(656.514.287)	(42.931.873.211)
2079	268.119.798,84	917.263.330,03	(649.143.531)	(43.581.016.742)
2080	270.241.421,82	908.430.043,51	(638.188.622)	(44.219.205.364)
2081	271.267.437,86	900.321.648,91	(629.054.211)	(44.848.259.575)
2082	272.075.286,98	894.122.587,53	(622.047.301)	(45.470.308.876)
2083	271.918.698,19	891.661.853,44	(619.743.155)	(46.090.050.031)
2084	272.069.983,25	891.088.305,00	(619.018.322)	(46.709.068.353)
2085	273.181.503,53	889.284.108,51	(616.102.605)	(47.325.170.957)
2086	272.406.758,54	891.532.540,40	(619.125.782)	(47.944.296.739)
2087	271.987.625,98	895.422.659,01	(623.435.033)	(48.567.731.772)
2088	269.567.381,29	905.407.071,61	(635.839.690)	(49.203.571.463)
2089	267.713.659,58	917.717.135,84	(650.003.476)	(49.853.574.939)
2090	268.124.178,47	925.842.899,10	(657.718.721)	(50.511.293.660)
2091	267.225.489,43	933.179.032,84	(665.953.543)	(51.177.247.203)

Anexo 2

São Paulo – Município | LDO 20172:

Campos	2015	
	Valores da avaliação atuarial em R\$ *	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	0,00	
Valor Atual dos Salários Futuros	85.611.307.527,77	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	53.103.102.129,24	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	59.280.097.259,05	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	5.445.384.462,67	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	2.722.692.231,34	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	10.001.916.785,67	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	5.000.958.392,83	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	-	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar	-	
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	-89.212.247.515,78	

Considerando o método de capitalização o plano apresenta um déficit de **R\$89.212.247.515,78.**

2. <http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/uploads/2017/PLDOAnexos.pdf>

Anexo 3

São Paulo – Município | LDO 2016³:

Quadro X – Avaliação conforme método de capitalização

Campos	2014	
	Valores da avaliação atuarial em R\$ *	
	Benefícios - Regime de Capitalização	Benefícios - Regime de Repartição
Ativo do Plano	0,00	
Valor Atual dos Salários Futuros	83.946.165.552,77	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios a conceder)	45.606.624.738,53	
Valor Atual dos Benefícios Futuros (Benefícios concedidos)	48.296.790.459,89	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios Concedidos)	3.485.335.383,65	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios Concedidos)	1.742.667.691,82	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ente (Benefícios a Conceder)	10.057.068.296,90	
Valor Atual das Contribuições Futuras do Ativo, Aposentado e Pensionista (Benefícios a Conceder)	5.028.534.148,45	
Valor Atual da Compensação Financeira a Receber	-	
Valor Atual da Compensação Financeira a Pagar		
Resultado Atuarial: (+) Superávit / (-) Déficit	-73.589.809.677,60	

Considerando o método de capitalização o plano apresenta um déficit atuarial, conforme demonstrado acima, de **R\$ 73.589.809.677,60**. Este resultado deve ser compreendido no contexto das hipóteses e premissas utilizadas pelo atuário e na atual consistência nas bases de dados utilizadas no estudo.

3. <http://orcamento.sf.prefeitura.sp.gov.br/orcamento/uploads/2016/ProjetoLei216AnexoIII.pdf>

Anexo 4

Quadro XI - Demonstrativo da projeção atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do município de São Paulo - 2012 a 2088:

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c = a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) ("d" exercício anterior + c)
2013	2.424.477.465,74	4.762.794.230,67	-2.338.316.764,93	-2.338.316.764,93
2014	2.612.579.138,33	5.325.071.331,49	-2.712.492.193,16	-5.050.808.958,09
2015	2.146.938.837,15	5.199.372.068,83	-3.052.433.231,68	-8.103.242.189,77
2016	2.150.524.093,87	5.311.905.677,21	-3.161.381.583,34	-11.264.623.773,11
2017	2.154.121.916,52	5.439.878.601,60	-3.285.756.685,08	-14.550.380.458,19
2018	2.153.878.493,55	5.606.913.437,00	-3.453.034.943,45	-18.003.415.401,64
2019	2.149.662.265,98	6.103.239.019,87	-3.953.576.753,89	-21.956.992.155,53
2020	2.101.415.432,52	6.677.929.285,24	-4.576.513.852,72	-26.533.506.008,26
2021	2.041.147.605,68	7.298.346.191,53	-5.257.198.585,85	-31.790.704.594,11
2022	1.969.087.874,98	7.636.933.887,27	-5.667.846.012,29	-37.458.550.606,40
2023	1.935.231.148,61	7.905.562.272,34	-5.970.331.123,73	-43.428.881.730,13
2024	1.916.137.234,37	8.315.226.513,35	-6.399.089.278,98	-49.827.971.009,11
2025	1.879.783.281,37	8.677.077.466,85	-6.797.294.185,48	-56.625.265.194,59
2026	1.840.224.820,02	9.188.687.111,78	-7.348.462.291,76	-63.973.727.486,35
2027	1.782.992.094,77	9.525.486.793,95	-7.742.494.699,18	-71.716.222.185,52
2028	1.741.848.625,86	9.712.224.393,50	-7.970.375.767,64	-79.686.597.953,16
2029	1.724.360.454,12	10.038.836.934,64	-8.314.476.480,52	-88.001.074.433,69
2030	1.684.575.102,39	10.187.879.826,08	-8.503.304.723,69	-96.504.379.157,38
2031	1.667.364.157,39	10.359.354.724,19	-8.691.990.566,80	-105.196.369.724,17
2032	1.638.407.647,96	10.662.364.619,46	-9.023.956.971,50	-114.220.326.695,67
2033	1.582.347.019,27	10.857.100.471,77	-9.274.753.452,50	-123.495.080.148,17
2034	1.549.617.866,43	11.055.838.272,85	-9.506.220.406,42	-133.001.300.554,59
2035	1.516.421.702,27	11.245.305.818,23	-9.728.884.115,96	-142.730.184.670,55
2036	1.477.805.447,87	11.328.175.542,32	-9.850.370.094,45	-152.580.554.765,00
2037	1.453.846.193,75	11.472.081.397,42	-10.018.235.203,67	-162.598.789.968,67
2038	1.416.001.382,06	11.600.730.867,22	-10.184.729.485,16	-172.783.519.453,83
2039	1.371.758.528,45	11.691.709.049,14	-10.319.950.520,69	-183.103.469.974,52
2040	1.331.555.922,53	11.805.511.784,41	-10.473.955.861,88	-193.577.425.836,40
2041	1.288.331.544,71	11.849.998.447,66	-10.561.666.902,95	-204.139.092.739,35
2042	1.256.294.951,36	11.867.455.395,68	-10.611.160.444,32	-214.750.253.183,67
2043	1.226.685.814,39	11.775.087.356,41	-10.548.401.542,02	-225.298.654.725,69
2044	1.208.726.627,11	11.607.549.816,28	-10.398.823.189,17	-235.697.477.914,86
2045	1.203.162.628,03	11.606.365.787,37	-10.403.203.159,34	-246.100.681.074,20
2046	1.203.574.226,06	11.599.306.095,39	-10.395.731.869,33	-256.496.412.943,53
2047	1.204.676.895,65	11.571.105.041,15	-10.366.428.145,50	-266.862.841.089,03
2048	1.207.979.535,13	11.515.071.787,81	-10.307.092.252,68	-277.169.933.341,71

Anexo 4

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c = a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) (*d* exercício anterior + c)
2049	1.212.991.838,35	11.416.069.530,70	-10.203.077.692,35	-287.373.011.034,06
2050	1.225.121.756,74	11.325.399.580,72	-10.100.277.823,99	-297.473.288.858,05
2051	1.237.372.974,30	11.247.099.385,85	-10.009.726.411,55	-307.483.015.269,60
2052	1.249.746.704,05	11.183.973.053,60	-9.934.226.349,56	-317.417.241.619,15
2053	1.262.244.171,09	11.124.933.503,57	-9.862.689.332,48	-327.279.930.951,64
2054	1.274.866.612,80	11.067.562.833,89	-9.792.696.221,09	-337.072.627.172,73
2055	1.287.615.278,92	11.018.400.318,24	-9.730.785.039,31	-346.803.412.212,04
2056	1.300.491.431,71	10.976.192.757,11	-9.675.701.325,39	-356.479.113.537,44
2057	1.313.496.346,03	10.948.095.655,61	-9.634.599.309,58	-366.113.712.847,02
2058	1.326.631.309,49	10.927.686.306,93	-9.601.054.997,44	-375.714.767.844,46
2059	1.339.897.622,59	10.909.384.084,19	-9.569.486.461,61	-385.284.254.306,07
2060	1.353.296.598,81	10.899.823.737,18	-9.546.527.138,37	-394.830.781.444,43
2061	1.366.829.564,80	10.892.373.441,75	-9.525.543.876,95	-404.356.325.321,38
2062	1.380.497.860,45	10.888.742.970,60	-9.508.245.110,15	-413.864.570.431,54
2063	1.394.302.839,05	10.895.412.313,15	-9.501.109.474,10	-423.365.679.905,63
2064	1.408.245.867,44	10.908.896.518,79	-9.500.650.651,34	-432.866.330.556,97
2065	1.422.328.326,12	10.930.412.325,40	-9.508.083.999,28	-442.374.414.556,25
2066	1.436.551.609,38	10.960.685.617,28	-9.524.134.007,90	-451.898.548.564,15
2067	1.450.917.125,47	10.996.352.301,88	-9.545.435.176,41	-461.443.983.740,56
2068	1.465.426.296,73	11.041.109.207,78	-9.575.682.911,05	-471.019.666.651,61
2069	1.480.080.559,69	11.095.560.110,89	-9.615.479.551,20	-480.635.146.202,81
2070	1.494.881.365,29	11.159.387.846,70	-9.664.506.481,41	-490.299.652.684,22
2071	1.509.830.178,94	11.234.849.910,39	-9.725.019.731,45	-500.024.672.415,67
2072	1.524.928.480,73	11.320.346.001,13	-9.795.417.520,39	-509.820.089.936,06
2073	1.540.177.765,54	10.980.220.344,66	-9.440.042.579,12	-519.260.132.515,18
2074	1.555.579.543,20	11.068.745.568,59	-9.513.166.025,39	-528.773.298.540,57
2075	1.571.135.338,63	11.162.883.973,51	-9.591.748.634,89	-538.365.047.175,46
2076	1.586.846.692,02	11.259.088.797,96	-9.672.242.105,94	-548.037.289.281,40
2077	1.602.715.158,94	11.355.448.579,64	-9.752.733.420,71	-557.790.022.702,11
2078	1.618.742.310,52	11.426.060.690,49	-9.807.318.379,97	-567.597.341.082,08
2079	1.634.929.733,63	11.491.922.016,38	-9.856.992.282,75	-577.454.333.364,83
2080	1.651.279.030,97	11.554.279.055,10	-9.903.000.024,13	-587.357.333.388,96
2081	1.667.791.821,28	11.641.760.108,13	-9.973.968.286,85	-597.331.301.675,81
2082	1.684.469.739,49	11.735.907.628,32	-10.051.437.888,83	-607.382.739.564,64
2083	1.701.314.436,88	11.818.236.341,56	-10.116.921.904,68	-617.499.661.469,31
2084	1.718.327.581,25	11.905.161.661,22	-10.186.834.079,97	-627.686.495.549,28
2085	1.735.510.857,06	11.979.347.603,16	-10.243.836.746,09	-637.930.332.295,37
2086	1.752.865.965,64	12.069.080.191,25	-10.316.214.225,62	-648.246.546.520,99
2087	1.770.394.625,29	12.172.227.404,19	-10.401.832.778,90	-658.648.379.299,89
2088	1.788.098.571,54	12.263.408.158,08	-10.475.309.586,54	-669.123.688.886,42

Fonte: Relatório de Avaliação Atuarial 2014 – *Exactus Consultoria Atuarial*, maio 2014.

